

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
HUMANA

**A LUTA PELA TERRA ENTRE O CAMPO E A CIDADE:
AS COMUNAS DA TERRA DO MST, SUA GESTAÇÃO,
PRINCIPAIS ATORES E DESAFIOS.**

YAMILA GOLDFARB

São Paulo
2007

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
HUMANA

**A LUTA PELA TERRA ENTRE O CAMPO E A CIDADE:
AS COMUNAS DA TERRA DO MST, SUA GESTAÇÃO,
PRINCIPAIS ATORES E DESAFIOS.**

YAMILA GOLDFARB

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH – USP, para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Marta Inez Medeiros Marques

São Paulo
2007

Dedicando

A todos aqueles que lutam para que não existam mais mares de cana e bosques de silêncio às custas de vidas e mais vidas:

Mudos

Muitos são os anéis que seus aniversários desenharam em seu tronco. Estas árvores, estes gigantes cheios de anos, levam séculos cravados no fundo da terra, e não podem fugir. Indefesos diante das serras elétricas, rangem e caem. Em cada derrubada o mundo vem abaixo; e a passarada fica sem casa.

Morrem assassinados os velhos estorvos. Em seu lugar, crescem os jovens rentáveis. Os bosques nativos abrem espaço para os bosques artificiais. A ordem, a ordem militar, ordem industrial, triunfa sobre o caos natural. Parecem soldados em fila os pinheiros e eucaliptos de exportação, que marcham rumo ao mercado internacional.

Fast food, fast wood: os bosques artificiais crescem num instante e vendem-se num piscar de olhos. Fontes de divisas, exemplos de desenvolvimento, símbolos de progresso, esses criadouros de madeira ressecam a terra e arruinam os solos.

Neles, os pássaros não cantam.

As pessoas os chamam de bosques do silêncio.

(Eduardo Galeano)

Agradecendo

A Marta Inez Medeiros Marques, orientadora dedicada, cuidadosa e inspiradora.

À família, sempre. O meu porto seguro. Colaboradora, estimuladora e que tanto acredita em mim. Ao Pablo por toda a ajuda e apoio.

A todas as famílias assentadas e acampadas que sempre me receberam em suas casas e vidas compartilhando noites frias, dias quentes, sonhos e lutas.

Aos mais que colegas do Grupo de Estudo Campo em Movimento por saberem compartilhar conhecimento, angústias e alívios.

Às amigas e companheiras de vida e militância Adriana Sesti, Julia Pinheiro Andrade e Melina Andrade, pela constante e valiosa interlocução.

À Regional Grande São Paulo, em especial Maria Alves, Roseli e todas as Irmãs pelo auxílio na coleta de informações.

A Antônio Oswaldo Storel Jr. pelas informações no INCRA.

SUMÁRIO

Introdução	1
Um pouco de história.	4
A Regional Grande São Paulo.	11
A relação entre Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e as Comuna da Terra.	17
Parte 1: Os diferentes argumentos e concepções em disputa em torno da questão agrária.	24
1.1 Um pouco sobre a concepção de Reforma Agrária do MST.	24
1.2 O campo de lutas da questão agrária no Brasil, diferentes argumentos e concepções de reforma agrária em disputa.	31
Parte 2: Uma reforma agrária para os filhos da terra: a questão dos sujeitos da reforma agrária e a recampesinização.	50
2.1 Do campo à cidade.	50
2.1.1 Migrações e vida nos grandes centros urbanos.	50
2.1.2 A produção da exclusão econômica e da expropriação espacial.	55
2.2 Da cidade ao campo.	61
2.2.1 Entrar na terra. Uma saída?	61

2.2.2 Recampenizando.	66
2.2.3 Na recampesinização a afirmação de uma classe social.	86
2.2.4 A questão da experiência agrícola.	88
Parte 3: O Desenvolvimento dos assentamentos rurais e o caso das Comunas da Terra.	90
3.1 Desenvolvimento sócio-cultural.	91
3.2 O parcelamento da área do assentamento.	95
3.3 Titulação da terra e Concessão de Direito Real de Uso Coletivo: a resistência frente à especulação.	107
3.4 Limites: as cercas dos assentamentos.	116
3.5. A questão ambiental como limite ou ponto de partida.	120
Parte 4: O projeto de produção nas Comunas da Terra.	126
4.1 Novo Mundo Rural?	129
4.2 Matriz produtiva.	134
4.3 Proximidade com os consumidores.	136
4.4 Caminhos e descaminhos da cooperação e coletivização nos assentamentos do MST.	138
4.5. O que há de novo nas Novas formas de cooperação nas Comunas da Terra?	146
Considerações Finais. Para uma utopia além do rural e do urbano.	147
Raízes comuns na busca por novas paragens.	150
Produzindo um território rural com “urbanidades”.	153
Referências Bibliográficas	155
Anexos	160
Anexo A	
Mapa 1 – Municípios do estado de São Paulo que possuam assentamentos rurais	161
Mapa 2 – Região Metropolitana de São Paulo	162
Anexo B - Ofício Ministério Público ao INCRA	163

Anexo C - Ofício ao Ministério Público	164
Anexo D - Carta aberta à população de Cajamar e Região	174
Anexo E- Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta dos Assentamento Sepé Tiarajú – Ribeirão Preto	176

Índice de tabelas

Tabela 1	Municípios do Estado de São Paulo com mais de 500.000 habitantes	5
Tabela 2	Projetos de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo	20
Tabela 3	Participação da População Rural no Total da População (%)	52
Tabela 4	Dados Comparativos entre Agricultura Familiar e Agronegócio	40
Tabela 5	Dados Comparativos entre Agricultura Familiar e Agronegócio – Produção	41
Tabela 6	Migração Interna no Brasil entre 31.07.1995 e 2000 por Situação de Domicílio (urbana ou rural)	53
Tabela 7	Domicílios particulares que têm acesso a alguns serviços	94

e bens básicos e taxa de analfabetismo (%) no Brasil, 1996

Tabela 8	Dimensões dos módulos fiscais Brasil e Estados da Federação 2006 (em hectares)	117
Tabela 9	Posse de bens de consumo duráveis, antes e depois do assentamento. Regiões selecionadas 2000 (em %)	128

Resumo

yamilamata@yahoo.com.br

GOLDFARB, Yamila. A luta pela terra entre o campo e a cidade: As Comunas da Terra, sua gestação, principais atores e desafios. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de geografia. Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2007.

Esta pesquisa teve por objetivo analisar o processo de constituição de uma nova forma de assentamento proposta pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no estado de São Paulo, denominada Comuna da Terra, situada em áreas nas proximidades de grandes centros urbanos, buscando identificar no que ela difere de outras formas de assentamento, no sentido de sua organização interna, e qual a sua contribuição para o avanço da luta por reforma agrária e para o desenvolvimento social e econômico brasileiro. O discurso de intelectuais e parcela do governo de que a reforma agrária não seria mais necessária; a crescente importância atribuída ao agronegócio no país, seja pela política econômica seja pela mídia; e a mudança no caráter do sujeito social da reforma agrária em determinadas regiões, foram alguns dos fatores que levaram o MST a formular essa proposta de assentamento. Para compreender a Comuna da Terra foi imprescindível analisar a questão do sujeito social da reforma agrária. Para tanto, foi necessário compreender os processos migratórios no Brasil, e mais especificamente no estado de São Paulo bem como a crescente importância da migração de retorno. Analisamos então o processo histórico que envolve os grandes centros urbanos e as vidas das classes subalternas que aí se encontram, envolvidas num processo de migração e deslocamento constantes. Analisando os projetos de vida dessa população e o projeto político do MST de constituição das Comunas da Terra, como elemento de uma

nova concepção de reforma agrária, pudemos perceber que essa proposta aponta para um novo projeto de desenvolvimento para o campo, no qual elementos do urbano sejam incorporados. Ao questionar os rumos da política agrária, ao reivindicar um novo modelo de desenvolvimento para o campo, ao propor a união de movimentos rurais e urbanos, o MST acaba por colocar em debate um novo modelo de desenvolvimento também para o Brasil. A Comuna da Terra é elaborada com a proposta de ser uma forma de assentamento em que haja infra-estrutura, acesso à informação, tecnologia etc. Em que haja também uma organização espacial que propicie uma maior centralidade. Enfim, a Comuna da Terra é elaborada de forma a ter um caráter mais urbano que os assentamentos convencionais. No entanto, ela não se enquadra como espaço urbano/rural a partir de imprecisões ou transições. Não constitui um espaço em transição do rural para o urbano. É um espaço que se propõe a ser rural, posto que de reprodução do modo de vida camponês, e urbano, ou com elementos do urbano, posto que demanda os benefícios que a urbanidade criou ao longo dos séculos.

Palavras chaves – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Comuna da Terra; recampesinização; reforma agrária; relação campo-cidade.

Abstract

yamilamata@yahoo.com.br

GOLDFARB, Yamila. In Between the Countryside and the City, Brazil's Land Struggle: The Origins, the People, and the Challenges of Land Communes. Thesis (Masters)-- Division of Philosophy, Letters, and Social Sciences – Geography Department. University of São Paulo-- USP. São Paulo, 2007.

Key Words: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (Landless Rural Workers' Movement--MST); Comuna da Terra (Land Commune); social movements; new peasantry; rural return migration; agrarian reform; urban-rural relations.

This research project aims to analyze the creation of a new kind of land reform settlement in Brazil – the Comunas da Terra, or Land Communes. These settlements were proposed by Brazil's movement of landless workers, the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), and they have been thus far been located in São Paulo state, close to large urban centers. The project attempts to identify the differences between Land Communes and other kinds of land reform settlements, with particular attention paid to their internal organization. The project also seeks to outline the Land Communes' contribution to the land reform struggle and, in a broader sense, to Brazil's social and

economic development. A number of factors led the MST to propose the Land Commune model: the discourse, common among intellectuals and some segments of the Brazilian government, claiming that agrarian reform is no longer necessary; the growing importance of agribusiness, as reflected both in economic policy and in media depictions; and, in some regions, the changing nature of the social subjects who engage in the agrarian reform process. This last factor has particular importance. In order to understand Land Communes, one must analyze agrarian reform's social subjects. To approach this question, in turn, one must examine Brazil's migratory processes, and particularly the role that São Paulo plays in these processes, as well as the increasing importance of rural return migration. This thesis therefore reviews the history of Brazil's major urban centers and of the subaltern classes who live in them, classes which have been continually involved in a dynamic of migration and displacement. The thesis then analyzes the life plans of people from these classes, and the MST's political efforts to plan the Land Communes, as two factors leading towards a new conceptualization of agrarian reform. Both types of plan – life plans and Land Commune plans – point towards a new model for rural development, a model in which elements of the city are brought into the countryside. In its challenges to current agrarian policies, in its demands for a new rural development strategy, and in its proposals for unity between rural and urban social movements, the MST has in effect opened a debate about a new development model for Brazil itself. The MST's Land Commune proposal envisions a type of land reform settlement in which advanced infrastructure, information access, and technology are readily available. Moreover, the proposal aims to create settlements whose spatial organization is considerably more centralized than previous types of settlement. Land Communes, in summary, are created with a considerably more urban character than conventional land reform settlements. But the Land Communes' hybrid status, as a urban/ rural space, does not come from their planners' indecisiveness, nor does it reflect a process of transition. Land Communes are not a transitional space in which the rural becomes urban. Rather, they are a space at once rural – because in them a peasant lifestyle is reproduced – and urban, or at least with urban elements – because their inhabitants demand the benefits that, for centuries, urbanity has created.

INTRODUÇÃO

“Nenhuma revolução social pode ter êxito sem uma revolução conscientemente espacial.”
(Amélia Luisa Damiani)

Este trabalho analisa o processo de constituição de uma nova forma de assentamento proposta pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) no estado de São Paulo, localizada em áreas situadas nas proximidades de grandes centros urbanos, denominada Comuna da Terra. Buscamos identificar no

que ela difere de outras formas de assentamento, no sentido de sua organização interna, e qual a sua contribuição para o avanço da luta por reforma agrária e para o desenvolvimento social e econômico brasileiro. Para isso, foram consideradas as seguintes questões: o que levou o Movimento a elaborá-la; qual o perfil do principal sujeito social envolvido e o porquê de sua adesão à proposta; quais as suas particularidades relativas à apropriação e uso do solo bem como à organização da produção.

A Comuna da Terra é uma nova forma de assentamento rural idealizada pelo MST do Estado de São Paulo, a partir de 2001, cujas principais características são: serem constituídas por pessoas que viveram muitos anos em grandes centros urbanos como São Paulo, Campinas, ou Ribeirão Preto e que, portanto, não possuem um passado recente ligado à terra; serem implantadas em áreas bem próximas aos grandes centros urbanos; utilizarem a agroecologia e a cooperação como principais diretrizes na produção e; possuírem a Concessão Real de Uso da área no nome de um coletivo (associação ou cooperativa), e não individualmente, e nem o título de propriedade da terra, o que significa que as famílias não poderão, em nenhum momento, vender o que seria a sua parcela.

A pesquisa se deu ao longo de mais de três anos nos quais foi possível participar ativamente do processo de implantação desses assentamentos já que fiz parte da equipe técnica que, ao lado do MST, desenvolvia um trabalho de formação e planejamento das Comunas da Terra junto às famílias assentadas. Se, por um lado, isso permitiu um conhecimento profundo do processo, por outro, tornou a realização de uma análise crítica um enorme desafio. O movimento constante de aproximação e distanciamento no envolvimento com esse processo foi um aprendizado árduo, que muito deve ao olhar atento da orientação, dos colegas de grupo de estudo e da banca de qualificação.

Num primeiro momento, buscou-se a compreensão dos fatores históricos que levaram o MST do Estado de São Paulo a formular essa proposta de assentamento. Depois, tratou-se de identificar as relações entre essa história e o processo histórico que envolve os grandes centros urbanos e as vidas das classes

subalternas que aí se encontram, envolvidas num processo de migração e deslocamento constantes. Ao mesmo tempo, interessava compreender o papel das Comunas da Terra na conjuntura atual da luta por reforma agrária. Mas, para tudo isso, era preciso ir desvendando os principais atores desse processo: as famílias assentadas; o MST, enquanto uma organização política; e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), enquanto principal segmento do Estado diretamente envolvido no processo. Perceber as convergências e divergências entre esses atores não foi tarefa simples, exigindo distanciamento e olhar crítico. Foi necessário também desconstruir conceitos e perceber que a história desses atores e a construção das Comunas da Terra não eram processos lineares.

Assim, na primeira parte deste trabalho tratamos de compreender, em linhas gerais, como se dá, no Brasil, a disputa acerca das diferentes concepções de reforma agrária, com o intuito de melhor contextualizar a proposta do MST. Com isso pudemos compreender o projeto de reforma agrária do Movimento dentro de um campo de disputas acerca do modelo de desenvolvimento para o país. Dessa forma, o entendimento sobre a Comuna da Terra ganhou outro nível. Foi possível apreendê-la como uma das diversas estratégias do MST, no sentido de construir um projeto popular para o Brasil.

Na segunda parte do trabalho nos voltamos para a questão do sujeito¹ social da Reforma Agrária, analisando de forma mais específica quem são as pessoas que constituem as Comunas da Terra. Para tanto, fomos ver como se dão os processo de migração, as condições de vida nos grandes centros urbanos, e a questão do retorno ao campo. Isso nos remeteu inevitavelmente à discussão acerca dos caminhos da recampesinização. Conhecer esse sujeito significou conhecer suas diferentes histórias de vida, as formas como vivenciaram a experiência de morar e trabalhar nas grandes cidades, conhecer seus anseios,

¹ O sujeito possui uma historicidade; é portador de desejos, e é movido por eles, além de estar em relação com outros seres humanos, eles também sujeitos. Ao mesmo tempo, o sujeito é um ser social, com uma determinada origem familiar, que ocupa um determinado lugar social e se encontra inserido em relações sociais. (Charlot, Bernard, 2000, apud Dayrel, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, n. 43, Set /Out /Nov /Dez 2003 No 24, p.40-52, www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf, acessado em 10/08/07)

desejos para o seu futuro e para o de seus filhos. Com os relatos foi possível identificar valores do mundo camponês que permanecem, insistem e alimentam a luta pela terra.

Já na terceira parte, analisamos como se desenvolve essa nova forma de assentamento a partir da compreensão da história do MST com relação às formas de organização dos assentamentos. Para tanto, começamos fazendo um breve apanhado histórico de alguns aspectos como o desenvolvimento sócio-cultural nos assentamentos, as formas de parcelamento das áreas e a questão da titulação da terra para então analisarmos como o MST vem propondo o aprimoramento desses aspectos e como isso se dá nas Comunas da Terra. Foi preciso também conhecer o papel do Estado, através do INCRA, para compreender como essa proposta se concretizava.

É na quarta parte do trabalho que de fato entramos na discussão acerca das formas de organização da produção nos assentamentos rurais. Após um apanhado histórico nos quais damos relevância aos limites e dificuldades enfrentados nas tentativas de organizar a produção de forma coletiva, analisamos as novas propostas do MST com relação à cooperação e também à incorporação de atividades não agrícolas. A análise desses aspectos com relação às Comunas da Terra traz a especificidade da proximidade dos grandes centros urbanos. Essa discussão nos remete à questão das diferentes interpretações acerca do futuro do campesinato no Brasil e, por isso, fazemos referência à discussão sobre o Novo Rural Brasileiro.

Na quinta parte, tratamos de traçar algumas considerações finais sobre as contribuições que a construção dessa nova forma de assentamento traz para a luta por reforma agrária no Brasil e sobre a necessidade de pensarmos o desenvolvimento do campo como elemento fundamental para o desenvolvimento do país, apostando na superação da dicotomia rural-urbano. Tal superação nada tem a ver com a homogeneização, seja da forma, ou seja, dos conteúdos desses espaços. Trata-se de uma superação que possibilite igualmente conquistas como a cooperação, o ambiente saudável, a liberdade, a dignidade, a segurança e

soberania alimentar e nutricional², o acesso à cultura, à informação, à tecnologia etc, etc, tanto no campo como na cidade.

Um pouco de história

Em 2001, em Franco da Rocha, no estado de São Paulo, nasce a primeira Comuna da Terra, o Assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino. Essa proposta de assentamento rural do MST vinha sendo gestada já desde antes, com os acampamentos Nova Canudos, na região de Iaras e Terra Sem Males, na região de Porto Feliz e depois Campinas. O que havia em comum e novo nesses acampamentos era a origem das famílias que os compunham. Muitas delas haviam passado grande parte de suas vidas nos grandes centros urbanos como São Paulo, Campinas e Sorocaba, mas possuíam um passado ligado ao meio rural. Algumas sequer tinham vivido no campo. Mas todos eram espoliados nessas grandes cidades.

Hoje, as Comunas da Terra já são sete assentamentos além de diversos acampamentos e se distribuem da seguinte forma:

Assentamento Dom Tomás Balduino em Franco da Rocha, Assentamento Dom Pedro Casaldáliga³ em Cajamar, Acampamento Irmã Alberta em Perus, no município de São Paulo e Acampamento Che Guevara em Franco da Rocha, todos estes ligados à Regional Grande São Paulo do MST*⁴. Assentamento Milton Santos em Americana, ligado à Regional de Campinas. Os Assentamentos

² O termo Segurança Alimentar e Nutricional é utilizado pelo governo e pelos fóruns que atuam nessa temática como o FBSAN (Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional) e refere-se a segurança individual e coletiva em obter de modo permanente o alimento de qualidade.

³ Como por lei não se pode atribuir nomes de pessoas vivas aos assentamentos, oficialmente, a Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga consta como PDS São Luiz. No entanto, como o nome oficial não é utilizado cotidianamente pelas pessoas que ali vivem, indicando uma não identificação com este, optamos em utilizar o nome atribuído pelas famílias: Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga. O mesmo ocorre com a Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, cujo nome oficial é Assentamento Fazenda São Roque. (Ver fotos na página seguinte)

⁴ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se organiza espacialmente através de suas regionais em cada estado do país em que está presente. Uma regional é um conjunto de municípios nos quais o Movimento possui assentamentos, acampamentos ou apenas o trabalho de base. Geralmente as Regionais levam o nome de um dos municípios, no qual se encontra a secretaria desta, mas pode possuir o nome de uma região, como é o caso do Pontal do Paranapanema ou da Grande São Paulo, entre outros. O total de Regionais no Estado de São Paulo é dez.

Manoel Neto em Taubaté, Olga Benário em Tremembé e o Assentamento Nova Esperança em São José dos Campos, ligados à Regional Vale do Paraíba e os Assentamentos Sepé Tiarajú em Serra Azul e Mário Lago, antiga Fazenda da Barra no município de Ribeirão Preto, ligados à Regional de Ribeirão Preto.

Placa oficial indicando entrada do Pré-assentamento Comuna da Terra Milton Santos



Foto: Yamila Goldfarb, agosto de 2006

Placa feita pelo MST indicando entrada do Assentamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino



Foto: autor desconhecido

Localizam-se portanto, próximos a grandes centros urbanos como São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, e São José dos Campos, cidades que, como podemos ver na tabela que segue, fazem parte do conjunto de municípios com maior população no Estado de São Paulo. (Ver Anexo A – mapa 1). Do mesmo modo, são formados por famílias que provêm desses grandes centros e de cidades vizinhas a estes.

Tabela 1: Municípios do Estado de São Paulo com mais de 500.000 habitantes

	Município	População
1	São Paulo	11.016.703
2	Guarulhos	1.283.253
3	Campinas	1.059.420
4	São Bernardo do Campo	803.906
5	Osasco	714.950
6	Santo André	673.234

7	São José dos Campos	610.965
8	Sorocaba	578.068
9	Ribeirão Preto	559.650

Fonte IBGE
Estimativas referentes ao ano de 2006

Esses assentamentos nascem no bojo de uma discussão interna ao MST, acerca do aperfeiçoamento dos modelos de assentamento. Isto é, são resultados de uma discussão que já vinha ocorrendo sobre Novas Formas de Assentamentos, o que inclui a discussão de uma série de características como organização da produção, forma do parcelamento dos lotes, uso da agroecologia, nucleação das famílias, entre outras.

Se, por um lado, já havia um trabalho de aproximação com as populações dos grandes centros urbanos, por outro, soma-se a isso a discussão interna ao MST e deste com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), acerca da necessidade de se mudar os modelos de assentamentos. É na somatória desses dois processos que as Comunas da Terra surgiram.

Diferente dos assentamentos localizados no interior do estado, a extensão das Comunas não é muito grande. Tratam-se de áreas que possuem entre 100 e 800 hectares, sendo a média do tamanho aproximadamente 350 hectares. Já no interior do estado, encontramos assentamentos com mais de 1.000 hectares. Por isso, o tamanho dos lotes também é reduzido nas Comunas. Se num assentamento tradicional do Estado de São Paulo, uma família recebe em média algo em torno de 16 hectares, nas Comunas os lotes têm variado entre um e dez hectares aproximadamente. Essa grande variação também se deve ao fato de que as famílias, nas Comunas, podem receber uma parcela individual e uma outra parcela de uso coletivo.

Em parte o tamanho reduzido dos lotes se deve ao fato de as áreas próximas aos grandes centros urbanos não serem tão extensas. No entanto, justamente por possuírem essa localização, estão mais próximas de grandes centros consumidores, o que favorece a escolha em se trabalhar com sistemas hortifrutigranjeiros, cuja possibilidade de agregar valor é maior que em produções de grãos, por exemplo. Assim, mesmo quando as extensões das Comunas são

maiores, ao invés de se optar por estabelecer lotes maiores para as famílias, opta-se geralmente por assentar mais pessoas, já que o valor gerado por unidade de área poderá ser maior. Veremos isso com mais profundidade na parte 3 deste trabalho.

A aproximação dos grandes centros urbanos, por parte do MST, tem início já em 1995, momento em que o Movimento passa a “recrutar” pessoas na cidade que apresentassem interesse em conseguir terra para trabalho e moradia. Nesse momento, são criados os acampamentos de Iaras, interior de São Paulo. Um dos acampamentos mais conhecidos deste período foi o Nova Canudos, que realizou, em 1999, a sua primeira ocupação com 1200 famílias, na cidade de Porto Feliz, bem próximo à metrópole paulistana. Em 2000, o Nova Canudos se muda para Iaras. (Iha, 2005)

Outras articulações campo-cidade foram realizadas pelo MST e uma delas deu origem ao movimento de moradia MTST, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em Campinas no ano de 1997. Esta aliança foi articulada juntamente com grupos da Igreja Católica e da Consulta Popular⁵ com o objetivo de apresentar propostas conjuntas de organização popular unindo as problemáticas do campo e da cidade. Este movimento realizou grandes ocupações em áreas públicas e trouxe para o centro do debate a questão da propriedade ociosa dentro dos centros urbanos. (ibid.). Uma das iniciativas do MTST que mais chamou a atenção foi a formação do Acampamento Anita Garibaldi, na periferia de Guarulhos, em 2001, no qual mais de 3.000 famílias permaneceram acampadas numa área de pouco mais de 100 hectares. O MTST surge após a Marcha Nacional organizada pelo MST, em 1997, que atravessou vários estados e tinha Brasília como destino. Ao longo da Marcha, militantes do MST tiveram a oportunidade de conhecer a realidade dos grandes centros assim como militantes de movimentos sociais urbanos.

⁵ A consulta popular é um grupo que tem origem em 1997 em Itaici, reunindo intelectuais de esquerda, representantes de movimentos sociais da cidade e do campo e pessoas interessadas em formular uma rede de militância capaz de construir um projeto alternativo de Brasil, solidário com o povo e enraizado na base da sociedade. (Iha, 2005)

Nesse percurso, como explica Alex, militante do MTST, em entrevista a Hector Benoit (2002), começa a surgir a idéia de se desenvolver um trabalho no qual as famílias não fossem levadas ao campo, e sim, que pudessem desenvolver uma luta dentro dos centros urbanos. É com esse intuito que se cria o MTST em São Paulo:

Mas, a partir da marcha, se viu a necessidade de não só estar levando as famílias para o campo, como tentar criar dentro das próprias cidades focos de organização. Um dos objetivos era fazer uma análise mais concreta sobre a realidade urbana, sobre quais os principais problemas que assolam a população das cidades. (...) Quando, no final de 1997, na época da marcha, alguns militantes do MST foram deslocados para Campinas, eles contribuíram no trabalho de uma ocupação urbana, que foi batizada depois de Parque Ociel. (...) Então, no meio de 1998, alguns militantes vieram para algumas outras regiões, como Guarulhos, região da Grande Osasco, mais especificamente Itapevi e para o centro de São Paulo, com o intuito de tentar fazer uma análise de três regiões diferentes, fora Campinas. Para traçar uma linha, um padrão das forças que atuam na cidade. Foi então que os companheiros participaram aqui em Guarulhos da constituição deste movimento, do MTST, junto com o povo daqui.

Esse processo demonstra o início de uma aproximação do MST com os centros urbanos, num primeiro momento no sentido de compreender as cidades e depois de levar a população urbana para os acampamentos rurais. Foi aí se formando um corpo de militantes que trabalhavam as questões urbanas junto a essas populações. Pouco depois criariam o MTST no intuito de formar acampamentos dentro das cidades com propostas de assentamentos urbanos e não rurais. Hoje, a ocupação mais recente do MTST em São Paulo chama-se João Cândido, possui 2.500 famílias e se localiza no município de Itapeverica da Serra. No entanto, esse movimento está presente também em outros estados do nordeste e sudeste.

Todos esses processos são de extrema importância, contudo, neste trabalho, nos restringiremos à análise da proposta de Comuna da Terra. A referência ao MTST, bem como à experiência dos acampamentos Nova Canudos e Terra Sem Males, se faz necessária para compreendermos que as Comunas fazem parte de um contexto maior de aproximação do MST dos grandes centros urbanos e de suas problemáticas.

Para poder compreender a proposta da Comuna da Terra enquanto projeto político do MST, será analisada a produção dessa proposta por parte de instâncias do Movimento como direção estadual e setores responsáveis por trabalhar a questão dos assentamentos novos. Mais especificamente: Setor de Produção, Cooperação e Meio Ambiente, responsável por discutir junto às famílias e viabilizar questões relativas à produção, comercialização, uso e manejo das áreas de preservação, formação e gestão das organizações sociais, como cooperativas, associações ou agroindústrias, e articular junto ao poder público, políticas para a viabilização econômica dos assentamentos; Setor de Formação, responsável por realizar atividades de formação política e articular com o poder público, junto ao Setor de Educação, ações que garantam o acesso à educação em todos os níveis; e Setor de Frente de Massas, responsável pela organização inicial e funcionamento dos acampamentos e pelo trabalho de base nos bairros. Para tanto, além de entrevistas, relatos de reuniões e conversas com membros da direção, foram utilizados materiais como cartilhas, apostilas e textos de formação, todos do MST. Isso porque interessava conhecer a construção dessa proposta do ponto de vista da formulação de uma estratégia de luta por parte do Movimento.⁶ Assim o foco da análise se deu nesses coletivos de coordenação do Movimento, além de nos depoimentos de famílias assentadas. É importante ressaltar que esses coletivos são formados também por diversas pessoas acampadas ou

⁶ Um material muito importante para esta pesquisa é a monografia de conclusão do Curso Realidade Brasileira elaborada por Delwek Matheus. A importância desse material se deve ao fato de que nele consta a primeira formulação da proposta da Comuna da Terra, que reflete o acúmulo de discussão acerca do tema realizado anteriormente por um coletivo da direção estadual. Embora a monografia seja individual, ela representa as reflexões de um coletivo, o que legitima o seu uso como importante fonte de informações para esta pesquisa.

assentadas e não apenas por um restrito número de dirigentes, o que possibilitou uma ampla base para obtenção de dados e reflexões.

Este trabalho trata de aspectos específicos da Comuna da Terra, (projeto produtivo, relação com o meio ambiente, concepção de cooperação, forma de titulação da terra, forma de organização e parcelamento da área etc) que, como recurso de método, foram descritos separadamente, embora, na realidade, estejam intimamente relacionados e vinculados entre si. Poderemos notar isso na análise desses aspectos. Para cada um tratamos de descrever a proposta política do MST, isto é, o seu projeto conforme idealizado, para então o analisarmos dentro de uma perspectiva histórica, utilizando alguns casos da Regional Grande São Paulo e, mais especificamente, da Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga, como referência empírica da pesquisa. A partir daí, pudemos levantar algumas potencialidades, limitações e maiores desafios da Comuna da Terra.

É interessante notar que o termo utilizado pelo MST para se referir às Comunas não é modelo, mas sim proposta. Isso se deve ao fato de que, em cada região do estado, essa proposta ganhou formas distintas embora mantendo os mesmos princípios, pois o MST compreende os limites contidos em modelos fechados. Também é importante considerar que a Comuna da Terra é uma estratégia específica para regiões próximas de grandes centros urbanos e que, portanto, não indica uma mudança de toda a estratégia de ação do MST. Este possui diferentes estratégias para os diferentes territórios de sua atuação, além das diretrizes gerais. Por isso a tentativa de se evitar a idéia de modelos.

Segundo Matheus, membro da direção nacional do MST pelo Estado de São Paulo (e principal sistematizador e defensor da proposta), a Comuna da Terra consiste na criação de comunidades de economia camponesa próximas aos grandes centros urbanos. O MST define a comunidade como sendo de economia camponesa, porque se baseia no trabalho ligado à terra. (MATHEUS, 2002)

Essa ligação com atividades agrícolas é uma das características que diferenciam as Comunas da Terra de outros projetos que também expressam uma maior relação entre campo-cidade, como o *rururbano* do MTD (Movimento de Trabalhadores Desempregados), as Vilas Rurais desenvolvidas no Paraná, ou as

áreas conquistadas pelo MTST, que além de localizarem-se na periferia, possuem pequenas áreas para implantação de hortas comunitárias. Se na proposta da Comuna a família vive e trabalha no local, prioritariamente com trabalhos agrícolas, isso não necessariamente ocorre em outros projetos como o rururbano, no qual a pessoa pode viver no assentamento e trabalhar fora, ou então não possuir nenhum trabalho agrícola e sim atividades não agrícolas dentro do assentamento.

Para o MST, o projeto das Comunas visa voltar sua produção para a segurança alimentar das famílias e para o abastecimento das cidades vizinhas (sobretudo com produtos hortifrutigranjeiros), mas também visa o oferecimento de serviços como lazer, através do turismo rural, ou ensino, através da sua constituição enquanto espaços de formação. (MATHEUS, 2002)

Ao longo do trabalho, buscaremos analisar as principais questões envolvidas na implementação do projeto das Comunas, já que é ainda um processo em construção. A construção do projeto foi conduzida pelas lideranças do movimento em diálogo constante com a base por meio de reuniões de setores e atividades de formação política, levando em consideração a compreensão do MST acerca de sua história e da conjuntura do país. Porém, o projeto torna-se realidade a partir das experiências construídas em diferentes situações, envolvendo pessoas e grupos com trajetórias específicas, por isso, não necessariamente ele se realiza como concebido.

A Regional Grande São Paulo

O conjunto de experiências de Comuna da Terra da Regional Grande São Paulo foi a principal referência empírica desta pesquisa e mais especificamente, a Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga, em Cajamar. Essa referência nos permitiu analisar o processo de implantação das Comunas para além do projeto idealizado pelo MST.

A Regional Grande São Paulo é uma das 10 regionais que compõem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo, e faz parte do que o MST chama de seu Eixo Metropolitano, constituído também pelas regionais de Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba. Esta regional não surge do

MST logo de início, mas sim de um grupo religioso que desenvolvia um trabalho de caráter assistencialista com os trabalhadores em situação de rua na região central da cidade de São Paulo, a Fraternidade do Povo da Rua. Trabalhavam junto a essa fraternidade, membros da CPT e das Comunidades Eclesiais de Base.

No início, o foco desse trabalho era a questão da saúde dessa população, em especial as doenças sexualmente transmissíveis, entre elas, o HIV. Com o tempo, foram se dando conta de que o encaminhamento para albergues, ou as campanhas para doações de roupas, alimentos e remédios eram insuficientes para a transformação da vida dessas pessoas. Era preciso fazer com que essa população pudesse gerar renda. Iniciaram então, um trabalho voltado para cursos e oficinas profissionalizantes como artesanato, costura etc. Mesmo com esse trabalho, notaram que a melhoria nas condições de vida dessa população era muito inconstante.

Por volta do ano 2000, a Fraternidade começou a perceber que o histórico de grande parte desses trabalhadores possuía algo em comum, a vinda do campo para a cidade e as desilusões nesse trajeto. Frente a isso, deu-se início a um trabalho de visitas aos assentamentos de Reforma Agrária, e muitos dos trabalhadores em situação de rua começaram a ir por conta própria para acampamentos nas regionais de Iaras, Pontal do Paranapanema, Vale do Paraíba e Andradina. Percebendo essa forte tendência do trabalho, a Fraternidade começou a se voltar especificamente para isso. O trabalho de base com a população das ruas de São Paulo foi mudando de caráter e passando a se caracterizar como arregimentador para os acampamentos. Primeiramente ligados ao MTST, mas, logo em seguida, se transferem para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Para tanto, era preciso estar ligado de forma orgânica ao MST através da formação de uma Regional, que, por sua vez, para se consolidar precisava formar um assentamento. Aos poucos, o trabalho de base foi deixando de ser feito especificamente com a população em situação de rua e passou a ser feito nos bairros da periferia de São Paulo, através de centros comunitários, pastorais etc. Hoje, além do próprio Município de São Paulo, o

trabalho de base realizado pela Regional ocorre nos municípios de Franco da Rocha, Cajamar, Jandira e Campo Limpo.

Nesse mesmo período, Delweck Matheus, dirigente Nacional do MST, vinha sistematizando a proposta de Comuna da Terra baseado no acúmulo de discussões dentro de instâncias do MST do Estado de São Paulo, realizadas ao longo do mandato de Fernando Henrique Cardoso. Uma das motivações para essa discussão foram as falas do então presidente do INCRA, Francisco Graziano Neto entendidas, pelo MST, como contrárias à reforma agrária. A direção do estado de São Paulo via a necessidade de criar estratégias de luta que fizessem frente à oposição encontrada para a realização da reforma agrária. Entendiam então, que existia a necessidade de ganhar força nessa luta e a melhor maneira de conquistar isso seria atraindo as pessoas que viviam nos grandes centros urbanos. (Depoimento Matheus em março de 2007)

Assim, enquanto a Fraternidade junto ao Movimento de Trabalhadores Sem Teto formava seu primeiro acampamento de caráter ainda rururbano, o Acampamento Dom Tomás Balduino, ela mantinha diálogo com o MST e com a proposta que surgia de Comuna da Terra.

O rururbano, projeto do MTST, consiste na seguinte proposta: a área obtida é destinada para moradia e trabalho simultaneamente, só que de forma mais adensada que em assentamentos rurais e não se restringindo a atividades agrícolas. Para o MTST, um assentamento rururbano consiste na seguinte definição:

O assentamento rururbano é uma proposta de organização do território com o objetivo de formar uma comunidade de resistência e de luta com uma nova forma de convivência social no urbano. Tem como características:

- 1) Assentamentos localizados entre o perímetro urbano e o rural de maneira que não se localize tão distante dos centros urbanos para não perder acesso à infra-estrutura da cidade;
- 2) Organização em núcleos dos trabalhadores, distribuídos por setores de trabalho (educação, saúde, cultura, etc.);

3) Espaço para produção agrícola de subsistência e de hortas medicinais com o propósito de gerar trabalho;

4) Área livre para uso social com barracões coletivos -farmácia, escola, secretaria, galpão para atividades culturais, etc. (site: www.mtst.info/, acessado em.15/08/2007)

Nota-se a semelhança organizacional com a estrutura dos acampamentos do MST, o que se deve à própria formação do MTST, influenciada por este. Para as pessoas que compunham o Acampamento Dom Tomás Balduino, esse projeto se configurou de forma confusa, pois, embora tendo passado boa parte de suas vidas na cidade de São Paulo, elas possuíam um passado ligado ao campo e, portanto, entendiam que era preciso mais do que um espaço de moradia e trabalho juntos. Entendiam que era necessária uma área mais extensa e menos adensada para poderem realizar atividades agrícolas. A Fraternidade notava, ao mesmo tempo, que esse projeto era diferente da realidade do Pontal do Paranapanema ou de Andradina, bem como das demais Regionais do interior do estado, e passaram então a optar por absorver a proposta de Comuna da Terra e ligar-se definitivamente ao MST, transformando o acampamento Dom Tomás Balduino em Acampamento Comuna da Terra Dom Tomás Balduino.

Essa decisão acaba por diferenciar o projeto desse futuro assentamento não apenas de um assentamento rururbano, como também de outros projetos que tratam a questão agrária sob a ótica do processo de urbanização do campo, como o das Vilas Rurais, levado a cabo no Paraná, ao longo da gestão de Jaime Lerner⁷.

7 Nesse caso, o governo do Estado do Paraná, junto aos municípios, visava fixar no campo, famílias de trabalhadores volantes (bóias-frias) que viviam na periferia das cidades, realizando trabalho assalariado nas safras e ocupando-se na construção civil ou em bicos nas entressafras. (REIS, 1998) Esse projeto delimitava um terreno de até 6.000m² por família, ou seja, pouco mais de meio hectare, para moradia e sustento. As Vilas seriam compostas por 100 famílias, no máximo, em áreas próximas às sedes municipais. Esse projeto encontrou diversas críticas referentes à sua implantação, mas também à sua própria concepção, já que seu objetivo era fixar o trabalhador e não permitir que ele gerasse sustento no próprio lote, pois este era muito pequeno. Entende-se portanto, que esse projeto não visava mudar a condição de bóia-fria a que estavam sujeitos esses trabalhadores. Além disso, a precariedade de transporte dificultava o acesso aos bens e serviços dos municípios e, pelo fato de os lotes das famílias serem menores que o módulo fiscal da região, as Vilas tiveram que ser classificadas como áreas urbanas, sujeitando as famílias a pagarem tributos urbanos, como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano). Esses e outros motivos causaram o êxodo de boa parte das Vilas Rurais. (OLIVEIRA, J, 2002) As Comunas da Terra, diferente do projeto das Vilas Rurais, visam possibilitar

A primeira ocupação desse acampamento ocorreu em 7 de setembro de 2001, em Arujá. As famílias são despejadas de lá poucos meses depois e em 27 de novembro de 2001 ocupam a Fazenda São Roque, em Franco da Rocha, local onde hoje é o assentamento. Mas muita luta viria até que as famílias conquistassem essa fazenda. No mesmo dia 27 de novembro, às 18:00 horas, portanto num período em que a lei proíbe que se façam despejos pela falta de clareza, as 150 famílias são retiradas da Fazenda São Roque, com violência e sob chuva. Após o despejo, as famílias são alojadas no Centro de Formação Campo Cidade, localizado no Brás, antiga sede da Regional, hoje localizada no bairro da Lapa. Esse período foi de enorme desgaste devido à necessidade de se manter dezenas de famílias convivendo de forma precária num espaço insuficiente.

Para poder sair do Centro de Formação e continuar pressionando o Incra, no dia 21 de dezembro de 2001, isto é, quase um mês após o despejo da Fazenda São Roque, as famílias realizaram nova ocupação em São Lourenço da Serra. Esse período é caracterizado pelos membros da Regional como de calma e acúmulo de forças, pois se tratava de uma área da Prefeitura Municipal de São Paulo, que tinha apenas um hospital em construção abandonado.

No entanto, como se tratava de uma área de manancial, não puderam produzir, isto é, plantar. Centraram-se então no trabalho de base com novas famílias, no estudo e no artesanato como forma de tentar obter alguma renda. Devido à ação de entidades ambientalistas junto à Prefeitura, as famílias foram novamente despejadas e, não querendo repetir a experiência de alojamento no Centro de Formação, decidiram dividir-se em núcleos de base urbanos, de aproximadamente dez famílias cada, e se alojaram temporariamente em albergues, CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) etc. Um novo trabalho de base foi feito para “massificar”, isto é, aumentar o número de famílias do Acampamento Dom Tomás Balduino. Após incorporarem mais famílias, foram para o espaço de uma escola pastoral jesuíta que apóia o MST, chamada de

o sustento das famílias a partir das atividades agrícolas, e para tanto, possuem áreas maiores destinadas à produção.

“Santa Fé”, localizada na Rodovia Anhanguera, portanto, próximo à Fazenda São Roque. Alojaram-se em 4 hectares de terra pertencentes a essa escola.

Junto à Regional de Campinas, as famílias acampadas realizaram uma grande Marcha de Campinas até São Paulo, para apoiar essa outra regional e ao mesmo tempo exercer pressão sobre o governo do Estado.

Pouco tempo depois, já em negociação com o ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo), realizaram nova marcha com 125 famílias até a Fazenda São Roque, e a ocuparam novamente, mas desta vez, na companhia da imprensa. Por fim, após longas negociações, conseguiram demarcar o assentamento de 76 famílias.

Com as famílias que restavam e mais as novas que se agregaram a partir dos trabalhos de base, em 20 de julho de 2002, ocupou-se um vazio urbano de propriedade da SABESP, em Perus, dentro do Município de São Paulo. Nasce aí o Acampamento Comuna da Terra Irmã Alberta. Ainda hoje, essa área está em disputa. O INCRA se dispôs a comprá-la para assentar as aproximadamente 45 famílias acampadas, mas a negociação está travada pelo não acordo entre INCRA e Sabesp com relação ao preço da área.

Em abril de 2004 a Regional Grande São Paulo realizou nova ocupação, desta vez em Cajamar, na Fazenda Mian. Nascia aí o Acampamento Camilo Torres. Junto com o esse acampamento, membros dos acampamentos já existentes Dom Pedro Casaldáliga (que se formara pouco antes junto ao Irmã Alberta) e Irmã Alberta participaram da ocupação e resistência na área. Com o despejo da Fazenda Mian realizaram nova ocupação na Fazenda vizinha chamada São Luis. Sendo também despejadas desse local, todas as famílias dos três acampamentos se deslocaram para a área da Sabesp onde estavam as demais famílias do Acampamento Irmã Alberta, para após quase um ano, voltarem a ocupar a Fazenda São Luis até a sua desapropriação em meados de 2006. Na ocasião, foram os acampados em Dom Pedro Casaldáliga e Camilo Torres que fizeram a ocupação.⁸ Com a conquista da área, as famílias decidiram em

⁸ Embora famílias de acampamentos diferentes tenham realizado uma mesma ocupação, opta-se em continuar diferenciando os três grupos pois, cada um, ainda que estando na mesma área, mantém a sua estrutura e

assembléia que o assentamento levaria o nome de Dom Pedro Casaldáliga, já que este acampamento era mais antigo, e a área comum que viria a ser construída com os equipamentos comunitários seria batizada de Centro Social Camilo Torres.

Todas essas áreas têm acesso pela Rodovia Anhanguera, que liga a Cidade de São Paulo ao interior paulista passando por cidades como Jundiaí, Limeira, Americana e Campinas. Caracteriza-se como um importante eixo rodoviário de distribuição e, portanto, de expansão industrial. Podemos verificar isso pelo grande número de centros de distribuição de produtos de grandes grupos econômicos existentes ao longo da rodovia, como Grupo Pão de Açúcar, Lojas Marabrás, Lojas Colombo, entre outros.

Ao longo dos anos de 2004, 2005, 2006 e 2007, acompanhamos de perto a organização do Assentamento Dom Pedro Casaldáliga, e tivemos a oportunidade de estabelecer um convívio intenso com outras Comunas da Terra, como é o caso do Acampamento Irmã Alberta e do Assentamento Milton Santos, da Regional de Campinas. Neste período, trabalhamos na realização de oficinas de planejamento e organização de assentamentos em São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso, como membro da equipe técnica do programa de ATES (Assistência Técnica, Educacional e Social) através de convênio com o INCRA. Tal experiência contribuiu para uma melhor compreensão da realidade das Novas Formas de Assentamento no contexto nacional.

O Município de Cajamar, onde localiza-se a Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga, tem, segundo dados da Empresa Paulista de Planejamento (Emplasa), aproximadamente 51% do seu território ocupado pelo plantio da monocultura do eucalipto. Outros 5,41% da área são ocupados com chácaras e condomínios residenciais. A área urbanizada corresponde a 4,44% da área total. Além do próprio centro administrativo do município, a área urbanizada de Cajamar está distribuída entre os Distritos de Jordanésia e Polvilho.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico (IBGE), em 2004, o município de Cajamar tinha uma população de 58.606 habitantes, dos quais

funcionamento particular. Para garantir o funcionamento do coletivo dos três grupos de acampados, são criadas instâncias que aglutinam as coordenações destes.

95,35% residiam em área urbana. A taxa de crescimento anual de população, entre 1991 e 2000, foi de 4,68% ao ano, bem superior às taxas de crescimento da Região Metropolitana, de 1,68% ao ano, e do estado de São Paulo, de 1,82% ao ano. Um dos possíveis motivos para esta taxa de crescimento é o caráter de “cidade dormitório”, que atrai pessoas que trabalham na capital e região e que não podem arcar com os custos de residir mais próximo do local de trabalho, além da crescente industrialização.

É importante ainda destacar que mais de 34% da área do município é ocupada por matas, campos, capoeiras, várzeas e solo exposto e que todo o município faz parte da APA⁹ Cajamar, que compõe parte da área de amortecimento¹⁰ da Serra do Japi, uma importante reserva ambiental, constituída por remanescentes de mata atlântica, situada entre Jundiaí, Cabreúva e Cajamar. 26% da área do assentamento Dom Pedro Casaldáliga estão inseridos na área tombada da Serra do Japi, implicando restrições de uso que garantam a manutenção das características do complexo paisagístico.

A relação entre Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e as Comunas da Terra.

Todo partido político, ao se tornar governo e assumir a direção do Estado, está submetido ao jogo das forças políticas, o que acaba por orientar, condicionar ou mesmo limitar a sua atuação. No caso do governo de Luis Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, isso não foi diferente. Havia a esperança, com a sua eleição, da

⁹ A APA (Área de Proteção Ambiental) é uma categoria de unidade de conservação relativamente nova. Sua implementação se iniciou na década de 1980, com base na Lei Federal nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que estabelece no art. 8: "Havendo relevante interesse público, os poderes executivos Federal, Estadual ou Municipal poderão declarar determinadas áreas dos seus territórios de interesse para a proteção ambiental, a fim de assegurar o bem-estar das populações humanas, a proteção, a recuperação e a conservação dos recursos naturais". Fonte: <http://www.ambiente.sp.gov.br/apas/apa>, acessado em março de 2007.

¹⁰ Zona de Amortecimento é o entorno de uma Unidade de Conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade. Algumas Zonas de Amortecimento podem possuir Áreas de Proteção Ambiental (APAs) que em geral, são áreas extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

realização enfim de uma ampla reforma agrária que de fato modificasse a estrutura fundiária no país e gerasse justiça social e econômica. Porém, as restrições de recursos decorrentes da política macroeconômica conservadora, herdada do Governo de Fernando Henrique Cardoso e reafirmada pelo Governo Lula, mutilaram a proposta do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que previa o assentamento de um milhão de famílias. O Governo Lula alterou profundamente o caráter do II PNRA que, de estrutural, passou a ser implementado como política meramente compensatória. (ABRA, 2005, p. 9)

Setores contrários à reforma agrária, sobretudo organizações ruralistas, como a União Democrática Ruralista – UDR defendiam, e continuam defendendo, a continuidade da política agrícola que claramente privilegia o agronegócio, passando a atuar de forma a dificultar e impedir avanços na implementação da reforma agrária, nos moldes defendidos pelos movimentos sociais: ampla, massiva e imediata. (ibid., p.11)

O governo atual tem sido marcado, portanto, pela enorme diferença com que trata a agricultura familiar e os setores do agronegócio. Exemplo disso é a desigual dotação orçamentária destinada a esses dois grupos, na qual o primeiro recebe muito menos que o segundo.

Contudo e contraditoriamente, o governo tem possibilitado o acesso de pessoas comprometidas com um projeto democrático de reforma agrária a postos de comando na estrutura administrativa do INCRA, principal órgão federal envolvido com o tratamento questão. Isso influi diretamente no desenvolvimento dos assentamentos rurais tendo em vista que estes são territórios sob grande ingerência do Estado.

O assentamento rural é uma criação do Estado, seja no âmbito federal ou estadual, que se dá através de uma política de reforma agrária, baseada em especial na Constituição Federal de 1988 e no Estatuto da Terra de 1964. No entanto, os assentamentos são resultado, na maioria das vezes, de desapropriações decorrentes de conflitos por terra e, portanto, em muitos casos, da presença e atuação de um movimento social.

O assentamento é uma criação do Estado e está sujeito à sua gestão, seja de maneira mais direta e autoritária (como nos projetos de colonização do regime militar), seja de maneira mais indireta e negociada, como no período democrático (atravessada por convênios com entidades estatais outras, ONGs ou com os próprios movimentos de trabalhadores). E se, na relação que estabelece com camponeses, o Estado pode ignorar qualquer unidade social intermediária (adotando com convicção, ou pelo menos de bom grado, a imagem, que fez Marx em um de seus textos, do campesinato como um saco de batatas), no caso do assentamento, é o inverso: para o Estado (e também para os que se contrapõem às suas políticas e/ou a ele próprio), não há assentado sem assentamento. É o assentamento que faz existir o assentado.

Ao criar o assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo. [...] O Estado assegura o acesso à terra, mas é preciso produzir dentro de parâmetros aceitáveis pela burocracia estatal – escolhendo produtos definidos como “de mercado”, usando sementes selecionadas, defensivos agrícolas, fertilizantes aprovados a assim por diante. Em contrapartida, o Estado compromete-se a assegurar condições ao assentado para que produza dentro desses limites. (LEITE et. al. 2004, p. 65)

Se isso é verdade, é certo também que os assentados exercem forte influência nas decisões acerca dos assentamentos, pois possuem grande poder de pressão sobre o Estado. A discussão acerca das Novas Formas de Assentamento desenvolvida pelo MST demonstra isso. Em algumas regiões, há divergências sérias com os técnicos do INCRA, em outras há forte colaboração. No estado de São Paulo, em especial a partir do governo, Lula a Superintendência Regional do INCRA passou a ter a clara orientação de maior diálogo e abertura às proposições e demandas dos movimentos sociais.

Exemplo disso é a própria implementação das Comunas da Terra a partir de uma norma pré-existente. Para poder viabilizar a demanda por parte do MST

em criar as Comunas da Terra, o INCRA de São Paulo utilizou-se do PDS, Projeto de Desenvolvimento Sustentável, uma modalidade de assentamento elaborado a partir das experiências das Reservas Extrativistas da Amazônia. O PDS foi criado pelo INCRA, através da portaria nº 477 de 04 de novembro de 1999, para poder assentar pessoas que não constituem uma comunidade tradicional, em áreas relevantes para o meio ambiente, como remanescentes de mata atlântica, áreas da Amazônia ou do cerrado.

Além de garantir a preservação de áreas ricas em vegetação nativa, os PDS's também representam a possibilidade de recuperar áreas inseridas em regiões em que a biodiversidade de grandes extensões de terra foi sendo destruída pelo manejo predatório de monoculturas. O PDS visa garantir o sustento das famílias por meio do manejo ecológico e sustentado do meio ambiente, cultivando apenas áreas já desmatadas a partir de sistemas agroflorestais, que valorizam e enriquecem a flora local. No estado de São Paulo, até o momento da elaboração desta pesquisa, existem 15 PDS's totalizando quase 700 famílias. São eles:

Tabela 2 - Projetos de Desenvolvimento Sustentável do Estado de São Paulo

Município	Projeto de desenvolvimento sustentável	Nº de famílias
Americana	Comuna da Terra Milton Santos*	100
Apiáí	Professor Luiz de David Macedo	87
Cajamar	São Luiz – Dom Pedro Casaldáliga*	35
Descalvado	Comunidade Agrária 21 de Dezembro	40
Eldorado	Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira	72
Taubaté	Manuel Neto*	36
Tremembé	Olga Benário*	50
São Carlos	Santa Helena	32
Serra Azul	Sepé Tiarajú*	80
Ubatuba	Comunidade de Remanescentes de Quilombo da Caçandoca	53

Miracatu	Ribeirão do Pio	15
João Ramalho	São Matheus	40
Iepe	São Marcos	50
Miracatu	Ribeirão do Pio	15
São Carlos	Santa Helena	32

Org: Yamila Goldfarb

Obs: Desses PDS's, os destacados com asteriscos (*) são Comunas da Terra.

Dados de janeiro de 2007

É preciso, porém, ressaltar que, quando o assentamento é implementado em área estadual e, portanto, pelo ITESP (Instituto de Terras do Estado de São Paulo) as Comunas da Terra não se enquadram como PDS, já que cabe ao INCRA a instalação dessa modalidade de assentamento. Tal é o exemplo da Comuna da Terra Dom Tomás Balduino, no município de Franco da Rocha. Nesse caso, houve grande dificuldade na implantação dos princípios da Comuna da Terra, pois o entendimento dos técnicos do ITESP divergia em demasia do entendimento que as famílias assentadas tinham com relação a como se organizar o novo assentamento. Houve, a título de exemplo, a necessidade de realizar um abaixo-assinado para que a titulação da área se desse como uma Concessão Real de Uso Coletiva e não individual.

Diversas razões fizeram com que o INCRA escolhesse essa modalidade como forma de viabilizar as Comunas da Terra. A primeira razão é que o PDS não prevê a titulação individual da terra, o que além de atender a demanda do MST, ajuda na resistência dessas áreas frente à especulação imobiliária urbana, muito presente nas regiões que circundam os grandes centros urbanos. Criar assentamentos convencionais próximos aos grandes centros urbanos e, portanto, sujeitos à especulação imobiliária, provavelmente facilitaria o processo de reconcentração das terras. Veremos isso com profundidade na parte 3 deste trabalho. Será importante compreender como a modalidade do PDS converge com os interesses presentes nas Comunas da Terra, ou como esses interesses se ajustam.

Em publicação do INCRA sobre a qualidade dos assentamentos de reforma agrária no Brasil (SPAROVEK, 2003), vemos que o órgão identifica os seguintes impactos sociais resultantes da implementação dos assentamentos, dentre outros:

a redução da migração rural-urbana, já que a geração de emprego no meio rural pode contribuir para a redução desse deslocamento populacional e ao mesmo tempo fortalecer as pequenas cidades próximas aos assentamentos com a dinamização de suas atividades econômicas; a redução dos problemas urbanos decorrentes dos problemas do campo, pois, segundo essa publicação, os problemas mais sentidos pelas populações urbanas como desemprego e falta de segurança, têm entre suas causas, a massiva migração rural-urbana¹¹ decorrente de uma estrutura agrária concentrada e; a redução da mão-de-obra de reserva nas cidades pois, para o órgão, a criação de empregos no meio rural poderia proporcionar a redução da mão-de-obra reserva nas cidades o que estimularia a elevação dos salários dos trabalhadores urbanos. (SPAROVEK, 2003, p. 24 e 25)

O que podemos compreender com isso, é que o INCRA possui a visão de que a reforma agrária está intimamente ligada às questões urbanas através dos impactos que ela pode gerar. No entanto, o público preferencial de sua atuação não é o trabalhador urbano, e sim o trabalhador rural com pouca ou sem terra, cujo futuro seria a migração campo-cidade.

A posição defendida pelo INCRA através dessa publicação é a de que os reflexos de uma reforma agrária seriam sentidos não só no campo, mas também nas grandes cidades, auxiliando no equacionamento do seu crescimento desordenado, diminuindo a competição por empregos e aumentando a oferta de produtos agrícolas para a população urbana.¹²

Isso nos remete à análise dessa proposta em face da definição dos sentidos da reforma agrária. Em que medida a reforma agrária pode contribuir para a “solução” dos problemas dos grandes centros urbanos? Quando o INCRA coloca que a reforma agrária diminuiria a migração campo-cidade e que, portanto, diminuiria a mão-de-obra de reserva residente nos centros urbanos, ele está

¹¹ Embora esse tipo de relação estabelecida entre migração e violência possa gerar um caráter preconceituoso, não iremos elaborar uma crítica neste momento. Esta constará mais adiante no texto.

¹² Vale ressaltar que o INCRA é um órgão federal que não possui uma visão única e homogênea acerca das estratégias de implantação dos assentamentos e da realização da reforma agrária. Ele é composto por diferentes pessoas que percebem a questão agrária de diferentes formas. Porém, a partir de uma determinada orientação política, essas diferenças são equacionadas e passam a obedecer tal orientação. Por isso, na análise desta pesquisa, tratamos de nos utilizar das mais diversas fontes referentes ao INCRA, tais como: entrevistas, publicações e documentos oficiais, na tentativa de identificar essa orientação em meios às diversidades.

atrelando a justificativa dessa política à solução de problemas existentes nas cidades. Podemos nos perguntar se a Comuna da Terra não caminha no mesmo sentido.

A Grande São Paulo tem 18% de terrenos ociosos e 1 milhão de pessoas vivendo em áreas de preservação de mananciais. [...] Catedrais da racionalidade técnica do século 20, as cidades debatem-se com problemas para os quais seu arsenal já não oferece respostas. A expansão do objeto aprofunda sua ruína. É insustentável. Mais que isso, tornou-se um substrato anacrônico para mercados que se globalizaram. O que parecia eterno era apenas funcional. Não é mais. Na realidade, a fronteira entre o rural e o urbano já vem sendo borrada há algum tempo, graças a um movimento espontâneo e silencioso. (CERRI, 2001, p.1)

Nessa citação, fica clara a idéia de que a cidade já não possui resposta para suas próprias mazelas e quando o autor afirma que as fronteiras entre o rural e o urbano estão sendo borradas, podemos considerar que esse borrão não seja apenas físico. Não se tratam das definições, cada vez mais difíceis, entre o que é rural e o que é urbano ou das definições dos limites de caráter administrativo. Trata-se de perceber as complexas relações que existem entre o rural e o urbano que impedem justamente que possamos dicotimizá-los tanto. O INCRA tratando da reforma agrária como solução para os problemas da cidade, o MST criando assentamentos com população proveniente dos grandes centros urbanos, projetos como o Rururbano, a discussão cada vez mais intensa acerca das definições do que seja rural e urbano são exemplos do “borramento” dessa fronteira.

Alguns podem pensar que a questão agrária está especialmente e politicamente lá longe, no campo. Enganam-se. Na verdade temos aí o núcleo menos conhecido dos nossos dilemas históricos do presente. É em torno dele que nosso drama político se desenrola. Quando se fala nos problemas sociais urbanos, graves, da violência e da pobreza, nem todos levam em conta que

as raízes econômicas e sociais desses problemas estão no campo e não nas pessoas que vêm do campo. Estão nas aberrações sociais que a expulsão e o desenraizamento provocam em toda a parte. Mas não é unicamente no campo que se manifestam e ganham visibilidade. Estão nas opções que a sociedade brasileira fez ao longo de sua história, tendo no centro, a preservação de uma estrutura fundiária injusta que, não obstante, respondeu pela excepcional acumulação de capital que tivemos no último século. (MARTINS, 2003, p.18 e 19)

O que podemos pensar a partir dessa citação é que não se trata apenas de buscar no campo a solução dos problemas urbanos, mas de compreender que muitos problemas urbanos têm, em boa medida, sua origem histórica justamente no campo. Talvez exatamente por isso, tantas lutas sociais, rurais e urbanas, têm traçado uniões entre esses dois espaços. Enfim, esse é o quadro a partir do qual trataremos de compreender as Comunas da Terra.

Parte 1: Diferentes argumentos e concepções em disputa no campo de lutas da questão agrária.

1.1 Um pouco sobre a concepção de Reforma Agrária do MST

Para o MST, a Comuna da Terra faz parte do que ele chama de *nova concepção de reforma agrária* e consiste numa série de ações, dentre elas:

- Priorizar para a reforma agrária a desapropriação de terras agricultáveis, de boa fertilidade e próximas às cidades, viabilizando de forma mais fácil e barata o abastecimento e a infra-estrutura econômica e social do assentamento.
- Garantir acesso à terra a todas as famílias que quiserem nela morar e trabalhar.
- Assegurar que nenhum beneficiário da reforma agrária, da colonização ou da regularização de posse poderá vender a terra. A forma de acesso à terra deverá ser a de Concessão Real de Uso, com direito à herança, desde que os herdeiros morem no lote.
- Organizar a produção com base em todas as formas de cooperação agrícola, como mutirões, formas tradicionais de organização comunitária, associações, cooperativas, empresas públicas e cooperativas de prestação de serviços.
- Organizar agroindústrias próximas aos locais de produção agrícola.
- Desenvolver um programa de fomento, disseminação, multiplicação e massificação da agroecologia.
- Cobrar do Estado, medidas que garantam o financiamento para que as comunidades do meio rural desenvolvam programas coletivos de autonomia energética, através de usinas de biodiesel, de óleo vegetal combustível e outras fontes alternativas como a energia solar e eólica.
- Construção e melhoria das moradias no meio rural, conjugando com o acesso à energia elétrica de fontes renováveis e alternativas; à água potável; ao transporte público; à informática em todas as comunidades rurais.
- Orientar para que todas as moradias sejam aglutinadas em povoados, comunidades, núcleos de moradias ou agrovilas, de acordo com sua cultura, de modo a facilitar a implantação desses serviços. (MST, 2006)

Notamos nessa proposta, que o MST, ao afirmar que todos que queiram ter acesso à terra devem tê-lo, não está restringindo a reforma agrária a um público específico, o que permite pensar na incorporação do público urbano como sujeito social da reforma agrária. Nesse documento, o MST propõe também, através de diversas ações, uma visão de desenvolvimento sócio-econômico para os assentamentos. Essa proposta de reforma agrária viria da necessidade de se fazer frente aos discursos que se opõem a ela e, portanto, mostrar não apenas a necessidade de realizá-la mas a importância dela enquanto forma de desenvolver o campo e conseqüentemente, o país. A proposta de Comunas da Terra é convergente com essa nova orientação geral do MST, porém, explicita ainda mais a questão da ampliação do público alvo através da proposição de *“massificação da Reforma Agrária incentivando a participação dos trabalhadores urbanos, principalmente os desempregados”* (MATHEUS, 2003, p. 40).

Essa nova concepção de reforma agrária bem como a criação das Comunas da Terra foram elaboradas pelo MST como estratégias para fazer oposição ao discurso político de que a reforma agrária não é mais necessária no Brasil. Os principais argumentos referentes a esse discurso anti-reforma agrária, seriam os seguintes:

Primeiro argumento: Dada a situação avançada das forças produtivas e a já consolidada industrialização do país, não haveria necessidade da realização da reforma agrária para se criar mercado consumidor interno ou garantir o fornecimento de matérias-primas e assim viabilizar a industrialização do país. Para ilustrar essa visão analisemos a fala de Zander Navarro no jornal Folha de São Paulo:

(...) Reformas têm o seu tempo histórico, e a agrária surgiu nos anos 50, quando foi entendida como **necessária para constituir o mercado interno que desenvolveria o país. Mas não ocorreu, pois após o “milagre brasileiro” o Brasil ressurgiu mais urbano, com sua economia prescindindo da reforma agrária.** Mas não apenas isto.

No mesmo período, o mundo rural se tornou mais heterogêneo e a produção de alimentos e matérias-primas, ainda nos anos 80, encontrou-se com a demanda. Assim, reforma agrária para garantir a oferta de produtos e uma política que precisasse ser uniforme em todo o país também sumiram do mapa.

Restaria a justificativa política, a democratização no campo, ainda uma exigência em algumas regiões, mas cada vez menos em face da difusão de informações e do aperfeiçoamento democrático. (NAVARRO, Z. **Folha de São Paulo**, 22 de abril de 2007. Grifo nosso)

Essa visão parte da idéia de que não haveria de fato uma contribuição significativa da economia camponesa ao desenvolvimento do país, dado o fato de o agronegócio supostamente suprir a produção de alimentos. Diante disso, alguns intelectuais e políticos defendem a reforma agrária enquanto política social compensatória e não enquanto uma transformação radical na estrutura fundiária nacional que, junto com uma série de medidas, pautaria um novo modelo de desenvolvimento para o país. E essa tem sido a perspectiva prevalecente entre os agentes do Estado. Isso explicaria o fato pelo qual a política de reforma agrária tem sido realizada com o caráter de política social.

... o que o MDA e o Incra implementaram foi essa concepção, de que a reforma agrária não é mais uma necessidade histórica e, portanto, não pode se constituir numa política de desenvolvimento econômico e social, devendo se constituir apenas numa política social, uma política cuja finalidade é a de resolver localmente no país o problema da fome. É essa a concepção que o MDA e o Incra têm, mas, na hora em que vão se relacionar com os movimentos sociais, dizem que defendem a reforma agrária. Vivemos esse paradoxo. (OLIVEIRA, A.U., **Correio da cidadania**. São Paulo, maio, 2007.)

Segundo argumento: Não haveria mais terras improdutivas no país, em especial na região sul e sudeste. Podemos ver claramente, nos trechos transcritos abaixo, como essa visão é exposta nos meios de comunicação:

O governo atual não fez avançar as desapropriações de terras em relação ao anterior pela boa razão de que **não há no Sul, Sudeste e Centro-Oeste terras desapropriáveis, senão marginalmente**. Em certos casos, há discussões sobre terras griladas as quais não deveriam ter no MST o juiz do que deveria ser feito com elas. [...] O modelo atual de reforma agrária, [de desapropriações] graças à grande transformação produzida pelo agronegócio, está esgotado. No entanto, o governo Lula, paradoxalmente, aparelha o próprio Estado com militantes do PT, do MST, da CPT e do MLST com o intuito de fazer avançar um modelo que está, de antemão, superado. (ROSENFELD, Folha de São Paulo, 25 de fevereiro de 2007, p. 3. Grifo nosso)

Com relação a isso, o INCRA, através do assessor do superintendente do estado de São Paulo, Antônio Oswaldo Storel Junior ¹³, afirma que há ainda muitas áreas improdutivas, inclusive no estado de sua superintendência.

Assim como em geral, na academia tem muita gente que pensa isso, que o estado de São Paulo não tem mais área improdutiva, que o agronegócio em São Paulo é a realidade hegemônica e homogênea e na verdade você tem um estado muito heterogêneo. Quando se fala da Califórnia brasileira se está falando da calha norte do Tietê, esse eixo Campinas, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, que representam um dos terços do estado e os outros dois terços que é a região do Vale do Ribeira, a região oeste, a região sudoeste e o Vale do Paraíba, são regiões onde o agronegócio não é a realidade. O INCRA

¹³ Diversos trechos dessa entrevista são utilizados ao longo deste trabalho. Toda vez que eles aparecerem, usaremos a abreviação AOSJ para nos referir ao entrevistado.

encontra áreas improdutivas mesmo com índices de produtividade que se referem à década de setenta.¹⁴ Então o estado ainda é muito heterogêneo. (Entrevista com Antônio Orwaldo Storel Junior, fevereiro de 2007)

Na mesma linha, Ariovaldo Umbelino de Oliveira reafirma a falácia dos argumentos de que, não apenas no estado de São Paulo, mas no Brasil não haveria terras improdutivas ou problemas na produção de alimento. Com isso, ele retoma a importância da reforma agrária como reestruturação fundiária e desenvolvimento do modelo produtivo.

No estado de São Paulo, tido como o estado da terra produtiva, temos um total de 3.880 imóveis improdutivos, ocupando uma área de 2,5 milhões de hectares. O argumento diz respeito a que já teria havido um desenvolvimento técnico e o campo estaria produzindo mais. Pois bem, a área ocupada com as lavouras [no Brasil] atinge um total de 60 milhões de hectares apenas, e, nesses 60 milhões de hectares cultivados, um terço é de soja, com 21 milhões de hectares. À soja se soma, com 6 milhões de hectares, a cana; e, com 5,5 milhões, eucaliptos - mais da metade das terras ocupadas pelas lavouras no país. Dessa forma, a questão da produção de alimentos no Brasil não está resolvida. Se estivesse, por que precisaríamos importar arroz, importar feijão? O que há é um discurso puramente ideológico, neoliberal, para tentar encobrir um quadro de defesa do agronegócio, um quadro contrário aos movimentos sociais e à sua reivindicação histórica da reforma agrária. (OLIVEIRA, A.U., Correio da cidadania. São Paulo, maio, 2007.)

14 A observação de que se encontram áreas improdutivas mesmo utilizando-se um Índice de Produtividade tão ultrapassado, dado os avanços tecnológicos, é de suma importância, pois, se enfim o governo atualizar tal índice, um número muito maior de terras se encontrarão disponíveis para a reforma agrária.

Devemos diante disso questionar não apenas a questão da resolução do problema da produção de alimentos, mas também a questão da drástica diminuição da agrobiodiversidade, o que reflete diretamente na segurança alimentar e nutricional da população. Esta vê a sua dieta reduzida a poucas espécies de alimentos e de qualidade questionável, dado o alto índice de utilização de insumos químicos.

Terceiro argumento: Refere-se ao discurso acerca da inexistência de demandantes da reforma agrária. No mesmo artigo de Zander Navarro, citado acima, consta a seguinte afirmação:

A conclusão inevitável é que hoje inexistem razões, sob qualquer ângulo, para a realização desta reforma em todo o Brasil. Nem mesmo existe uma demanda social digna do nome, cada vez mais raquítica... (NAVARRO, **Folha de São Paulo**, 22 de abril de 2007, p.3)

Assim, contrapondo-se aos argumentos de que uma reestruturação fundiária não seria mais necessária, ou àqueles que vêem a estrutura agrária como não limitante ao desenvolvimento de uma agricultura moderna, e, portanto, concebem a necessidade da realização de uma reforma agrária apenas enquanto política compensatória e assistencial, a criação das Comunas da Terra e o projeto de reforma agrária do MST despontam como parte de um novo modelo de desenvolvimento para o país, do ponto de vista social, econômico e ambiental.

Esse entendimento já consta na formulação da proposta, ainda que de forma pouco nítida. Vejamos como o MST formula essas idéias. Segundo Matheus:

A forma como o capitalismo se desenvolveu na agricultura brasileira nas últimas duas décadas avançou de tal maneira que a grande propriedade, o latifúndio, em vez de ser um empecilho para o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário, possibilitou que o capitalismo se desenvolvesse de maneira mais rápida e mais concentrada. [...] Portanto, do ponto de vista da burguesia

não há mais problema agrário no Brasil e nem é mais necessário o desenvolvimento da agricultura de pequeno porte e muito menos a Reforma Agrária, com o objetivo de aquecer o mercado interno, e com isso desenvolver o capitalismo. [...] **Não se pode ter dúvidas que a luta pela terra e a Reforma Agrária no Brasil ganharam outras dimensões no processo histórico, o que era o enfrentamento com o latifúndio tornou-se enfrentamento ao modelo de desenvolvimento capitalista em sua fase mais cruel em relação à acumulação e transferência de riquezas naturais do nosso território. Com isso passou do patamar somente de luta econômica e social para se tornar uma luta política, o que significa a disputa de projetos.** Os meios de produção do campo tornaram-se elementos importantíssimos no atual modelo dominado pelas multinacionais do mundo do negócio agrícola [...] O objetivo principal do nosso trabalho é colocar em debate idéias para um novo modelo de Reforma Agrária, ou seja, uma nova concepção de Reforma Agrária a partir da realidade em que vivemos hoje, e das necessidades colocadas. (MATHEUS, 2003, p.31 e 32. Grifo nosso.)

Ao se referir à disputa de projetos, o MST enfatiza a necessidade de construção de um modelo de desenvolvimento para o campo que se contraponha ao agronegócio. Daí a necessidade de uma *“nova concepção de reforma agrária”*. Nessa longa citação consta o entendimento de que os antigos argumentos em defesa da reforma agrária estariam sendo superados *“do ponto de vista da burguesia”*. Ele apontaria para esses antigos argumentos como se constituindo numa luta apenas econômica e social, que hoje, diante dessa conjuntura, estaria tornando-se política. Embora na realidade essa luta sempre tenha sido política, o que importa é o reconhecimento da necessidade de um enfrentamento ao modelo *“dominado pelas multinacionais do mundo agrícola.”*

Nesse sentido, a criação das Comunas da Terra se constituiria num modo de disputar os meios de produção com o capital, uma vez que incorporaria tecnologia e garantiria uma certa autonomia na produção de insumos e fontes

energéticas, pois “os meios de produção do campo tornaram-se elementos importantíssimos no atual modelo”. Contudo, poderíamos ainda acrescentar que no projeto das Comunas, essa disputa com o capital se dá também por meio de um outro aspecto, pois ao mesmo tempo em que disputa áreas próximas aos centros consumidores e às grandes rodovias, o MST está se propondo a disputar um espaço privilegiado com o capital, não apenas do ponto de vista agrícola, mas imobiliário e industrial. Voltaremos a essa questão na parte 3 do trabalho.

Para melhor compreensão do papel das Comunas da Terra na luta por reforma agrária, retomemos resumidamente, como os argumentos e as concepções de reforma agrária foram sendo postos ao longo da história no Brasil.

1.2 O campo de lutas da questão agrária no Brasil: diferentes argumentos e concepções de reforma agrária em disputa.

Até 1950, o debate sobre a questão agrária se restringia ao campo intelectual e político-partidário. Embora existissem diversos conflitos pela terra, não havia uma força social que reivindicasse a reforma agrária propriamente dita. É a partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960 que o tema da reforma agrária se torna uma demanda concreta expressa pelas diferentes forças sociais que aos poucos foram se unificando nas diferentes regiões do Brasil.

Ocorre que, nos anos de 1950, começam a se unir diferentes formas de conflitos presentes no campo brasileiro, por intermédio de uma linguagem comum. Em parte, esse processo se deu graças à crescente disseminação das idéias do Partido Comunista do Brasil, o PCB.

Para o Partido, o projeto de reforma agrária não se definia pelos conflitos locais que se desenrolavam e, portanto, a partir de suas especificidades. A questão da reforma agrária era tratada a partir das diretrizes da Internacional

Socialista, que entendia os latifúndios como grandes extensões de terra nas quais predominavam relações feudais que deveriam ser eliminadas. A reforma agrária seria, para o PCB, um passo essencial na transformação que o Brasil deveria passar para se chegar à revolução democrático-burguesa, passo necessário por sua vez para se chegar à revolução socialista. (MEDEIROS, 2003)

Como a miséria no campo impedia a constituição de um mercado consumidor nacional mais expressivo, o PCB acreditava que a modificação da estrutura fundiária contaria com o apoio do segmento urbano-industrial, que conformava a burguesia nacional. O crescimento das forças produtivas de interesse da burguesia nacional, alavancadas pelas transformações no campo, possibilitaria as condições de uma revolução socialista, interesse do PCB.

Embora hegemônica, essa concepção de luta por reforma agrária não era única. As Ligas Camponesas, ainda que tivessem surgido com apoio do PCB, rompem com o partido já no final dos anos 1950.

Francisco Julião, liderança com maior destaque nas Ligas, defendia que o campesinato, enquanto principal ator político, ao quebrar com o poder do latifúndio, geraria as condições para a revolução socialista no país, isto é, sem ajuda de qualquer setor da burguesia nacional.

Mas a questão da reforma agrária ganhava destaque também no cenário internacional. Colocava-se aos países em desenvolvimento a necessidade, pós Segunda Guerra Mundial, de se promover o desenvolvimento econômico e, portanto, a industrialização. Para a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) a agricultura baseada em grandes propriedades que pouco incorporavam tecnologia, era um obstáculo ao desenvolvimento, já que não estimulava o mercado interno. A CEPAL entendia que era preciso modernizar o setor agropecuário, estimulá-lo a produzir para o mercado interno e fazer com que as populações rurais se tornassem também um mercado consumidor.

Assim, na conjunção dessas diferentes perspectivas, a reforma agrária se tornou, no início dos anos de 1960, um dos principais temas das reformas estruturais necessárias à constituição de um projeto nacional-desenvolvimentista, pautado na industrialização do país.

No entanto, o que se deu foi uma modernização conservadora, isto é uma intensificação da industrialização, uma modernização da agricultura sem que se alterasse a estrutura fundiária. Isso porque o capital da indústria nacional tinha, e ainda tem, vínculos de origem com a grande propriedade. Isto é, o capitalista da indústria era também o proprietário de terras. Como afirma Oliveira, indústria e agricultura estão juntas porque no Brasil, o capitalista é também o proprietário de terras. Nessa união, o capital pode territorializar-se no campo, impondo relações de trabalho capitalistas, como o assalariamento, ou pode então não territorializar-se, mas sujeitar o camponês. Nesse caso, ele lança mão de relações de trabalho e de produção não capitalistas para produzir o capital. (OLIVEIRA, 1991)

Com o golpe militar em 1964, é construída uma concepção de reforma agrária como gradual extinção de minifúndios e latifúndios, considerados como fonte de tensão no campo.

A empresa rural, imóvel entre um e 600 módulos rurais¹⁵, caracterizados por um nível de aproveitamento do solo e de racionalidade na exploração, compatíveis com os padrões regionais, o cumprimento da legislação trabalhista e a preservação dos recursos naturais, tornava-se o modelo ideal de imóvel rural. (MEDEIROS, 2003)

Paralelamente, ainda na década de 1960, a igreja começa a se colocar diante da questão agrária de forma bastante mobilizadora. Cria-se o MEB – Movimento de Educação de Base, através do qual centenas de agentes pastorais

¹⁵ Módulo Rural é uma unidade de medida que exprime a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e as condições de seu aproveitamento. (MEDEIROS, 2003, p.43) Um módulo rural é a área necessária para prover a subsistência de uma família.

Por sua vez, Módulo Fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores:

- tipo de exploração predominante no município;
- renda obtida com a exploração predominante;
- outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada;
- o conceito de propriedade familiar.

O número de módulos fiscais de área total é o resultado da divisão da área total do imóvel pelo módulo fiscal do município. Já o número de módulos fiscais de área explorável é o resultado da divisão da área aproveitável (explorável) do imóvel pelo módulo fiscal do município.

A classificação dos imóveis rurais quanto ao tamanho se dá utilizando-se essa medida, vejamos:

- minifúndio: o imóvel rural com área inferior a 1 (um) módulo fiscal.
- pequena propriedade: o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais.
- média propriedade: o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais.
- grande propriedade: o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais.

e militantes passaram a organizar sindicatos, alfabetizar a população, criar rádios comunitárias etc.

Com o golpe militar, todo esse trabalho sofreu um freio. Mas, em 1975, recuperando as idéias do Concílio Vaticano 2^o, a Confederação Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) cria a Comissão Pastoral da Terra (CPT) com a qual o trabalho de base passa a ser recuperado. A bandeira levantada pela CPT era a de “Terra para quem nela trabalha”, o que recoloca a questão da terra como um direito em oposição à “terra para o negócio”. É com a criação da CPT, que a luta pela terra ganha uma nova dinâmica. Por meio de denúncias, organizando a resistência, fornecendo espaço e infra-estrutura para reuniões, combatendo sindicalistas pouco comprometidos com os interesses dos trabalhadores, a CPT reforça o caráter político dos conflitos por terra. Com esse apoio, no final da década de 1970 e início de 1980 surgem novos personagens na luta por reforma agrária. Lutas antes dispersas e atomizadas vão se unificando em torno de denominadores em comum. Atingidos por barragens, seringueiros, pequenos produtores que vinham perdendo suas terras, vão constituindo toda uma população que viria a se identificar como sem terra.

De fato, o campo brasileiro havia sofrido profundas modificações. Ele havia se modernizado e recebido significativas inversões de capital. No entanto, esse processo acabara por gerar uma maior expulsão dos trabalhadores do interior das fazendas e das pequenas propriedades. Os pequenos produtores que conseguiram se manter no campo e que de alguma forma se beneficiaram da modernização tecnológica, precisavam de políticas específicas de apoio para garantir suas condições de produção e tentar não se subordinar às grandes agroindústrias.

Em meio à luta contra o regime militar e pela democratização do país, emergia a situação de exclusão dos benefícios gerados pelo desenvolvimento das últimas décadas. Ressurgem as bandeiras da reforma agrária e por direitos, abafadas durante a ditadura, mas desta vez

não se tratava mais de promover o desenvolvimento da produção agrícola, uma vez que o Brasil se tornara um importante produtor de commodities – produtos primários de grande importância econômica como soja, algodão, café, lã, minério de ferro, cobre etc -, mas de questionar a própria natureza desse desenvolvimento e seus resultados. (MEDEIROS, 2003, p.31)

O número e a forma de mobilizações de cada sujeito envolvido na luta pela terra aumentou. Nesse processo, emergiam os conflitos e as oposições às direções sindicais, em especial por parte da CPT, por não estarem comprometidas com a mobilização dos trabalhadores.

Esse contexto de crítica às práticas do sindicalismo, protagonizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) corroborou para o surgimento de outras organizações de trabalhadores como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o Conselho Nacional dos Seringueiros, entre outros. Fundamental foi o papel da CPT para esse fenômeno, em especial no caso do MST. Por ter um caráter ecumênico e penetração nacional, a CPT permitiu a aglutinação de sujeitos envolvidos na luta pela terra, o que possibilitou a formação do MST enquanto um movimento de caráter nacional, amplo e unificado e não fragmentado em diversos movimentos menores. (STÉDILE; FERNANDES, 1999)

Assim, no final dos anos 1970 e início dos anos 1980, a questão agrária se redefinia. A luta por reforma agrária somava-se à luta pela redemocratização do país e contra a ditadura.

Até o início dos anos 90, a questão da reforma agrária para os movimentos, girava em torno do debate acerca do que eram terras improdutivas e das desapropriações, pois era entendida como eliminação dos latifundiários enquanto classe pela divisão das terras que eles controlavam. A partir dessa década, reforça-se o debate em torno do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que vinha acontecendo já desde a década de 1980. O PNRA considerava a desapropriação por interesse social como principal instrumento para obtenção de

terras. Ainda assim, o governo buscou outras formas para arrecadar terras como a compra.

O debate acerca da proposta para elaboração do 1º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), deixa alarmada a classe dos latifundiários, em face da possibilidade de o Estado decidir pela realização de uma Reforma Agrária que a contrarie. A reação se dá com a criação da União Democrática Ruralista (UDR), entidade classista não atrelada ao Ministério do Trabalho. A UDR torna-se a principal organização que representa os interesses dos latifundiários no debate nacional acerca da questão agrária e incentiva a criação de milícias privadas para a defesa da propriedade, considerando ser a violência inevitável. Com a criação da figura esdrúxula do “latifúndio produtivo” no PNRA, a UDR deixa de se sentir tão ameaçada pela Reforma Agrária do governo e passa a atuar em defesa da propriedade também no campo jurídico. Assim, o desfecho da discussão em torno do I PNRA foi frustrante para os Movimentos Sociais e para os setores da Igreja que os apoiavam. Houve, porém, uma mudança que beneficiaria os movimentos. A mudança de Programa de Colonização para o Programa de Reforma Agrária, o que significava que os trabalhadores rurais seriam assentados preferencialmente nas suas regiões, através das desapropriações. (MARQUES, 2000)

Em 1988, com a elaboração da Constituinte, novamente a UDR sai vitoriosa com a adoção do conceito de “propriedade produtiva”, o que dificulta a definição das propriedades sujeitas à desapropriação para a Reforma Agrária. *“Entretanto, paradoxalmente, também foi aprovado o preceito constitucional da função social da terra, o que representou uma conquista para os setores que apoiavam Reforma Agrária.”* (Ibid., p. 86)

Marques (2000) aponta para o fato de que o Governo de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1995, visava a inserção do país na economia globalizada e contabilizava o custo social como algo inevitável.

Em face das limitações institucionais/legais, as pressões por terra prosseguem por meio de ocupações de terra e de prédios

públicos e da organização de acampamentos em vários pontos do país. O que se intensifica com o agravamento da questão social decorrente da reestruturação da economia brasileira orientada pela ideologia neoliberal, levando ao aumento das tensões e dos conflitos no campo. O Estado é chamado a atuar como mediador e a justiça tem arbitrado, com frequência, em favor dos latifundiários, emitindo liminares de reintegração de posse e ordens de despejo a serem executadas pela polícia. (MARQUES, 2000, p. 86)

Porém os movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrária aumentam a sua visibilidade e obtêm o apoio do público urbano. Com isso a questão agrária é inserida na agenda política do Governo. Exemplo disso é a aprovação no Congresso de projetos de lei como os do Rito Sumário, do Imposto Territorial Rural (ITR) e da participação do Ministério Público em todas as etapas do processo de reforma. *“Esses projetos contribuíram para a aceleração das ações de desapropriação e para uma certa moralização da atividade da justiça nos conflitos agrários. No entanto, a ação do Estado continua a reboque das pressões sociais.”* (ibid., p. 87)

Paradoxalmente, algumas medidas tomadas em favor da Reforma Agrária têm beneficiado também grandes proprietários, como são os inúmeros casos de irregularidade verificados em ações desapropriatórias. Trata-se de casos de superavaliação de terras desapropriadas pelo INCRA e a aquisição de terras de baixa qualidade, inapropriadas para a implantação de assentamentos. Além desses casos há também o pagamento de indenizações milionárias em decorrência de processos judiciais. *“O principal mecanismo de aquisição de terras para a Reforma Agrária foi, de certa maneira, capturado por grupos de interesse historicamente representados no interior desta instituição [Judiciário] e em outros setores do Estado.”* (ibid., p. 89)

No segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1999, o Governo lança o programa “Novo Mundo Rural”. Este programa visava

descentralizar a ação do Estado, esvaziar o poder dos movimentos sociais sobre o processo de construção da política de reforma agrária e acelerar a emancipação dos assentados. A estruturação econômica dos Projetos de Assentamento é assumida no discurso como prioritária, com o objetivo de se acelerar o processo de emancipação do assentado.

Ao mesmo tempo, ganha força no governo, a defesa de uma reforma agrária via negociação, isto é, sem conflitos, através da utilização de mecanismos de mercado para gerar o acesso à terra. Tratava-se de um programa que seria gerido então pelas leis do mercado, sobre as quais o Estado estabeleceria alguma forma de regulação, mas abriria mão de sua força interventora. (Medeiros, 2003)

O Banco Mundial, através do financiamento de programas fundiários, tem sido o principal agente a levar a cabo essa política de “distribuição” de terras. Segundo Peter Rosset, (In: MARTINS, 2004), o Banco Mundial estaria dando prioridade à questão agrária pelas seguintes razões. Primeiro, pelo crescimento econômico, já que os economistas do Banco Mundial sustentam que a distribuição muito desigual de bens, e, portanto de terra, retarda as taxas de crescimento econômico. A Segunda razão seria o fato de os investimentos nas áreas rurais da África, América Latina e Ásia serem muito baixos. O Banco é partidário da promoção de oportunidades de investimentos privados e defende que, ao estimular o fluxo de investimentos em áreas rurais, estaria abrindo um campo de possibilidades para o crescimento econômico. A terceira razão e, segundo Rosset, a mais retórica, seria a de redução da pobreza.

Como já dito, essa lógica do Banco Mundial foi mais amplamente implementada no Governo de Fernando Henrique Cardoso que, segundo Marcelo Resende e Maria Luisa Mendonça (In: MARTINS, 2004), realizou uma política agrária baseada em três princípios: (1) o assentamento de famílias sem terra como política compensatória; (2) a “estadualização” dos projetos de assentamento, repassando responsabilidades da União para estados e municípios; (3) a substituição do instrumento constitucional de desapropriação pela implementação do mercado de terras (princípio este que não viria a se desenvolver plenamente dadas as oposições e fracassos por ele sofridos).

Durante o seu governo, o Banco Mundial implantou três programas de acesso à terra e desenvolvimento rural. A Cédula da Terra, o Banco da Terra, e o Crédito Fundiário de Combate à Pobreza. (MARTINS, 2004). Porém, esses programas têm fracassado na maioria dos casos já que não têm gerado um significativo acesso à terra por parte da população sem-terra e têm endividado as famílias beneficiadas que não conseguem viabilizar-se economicamente. Não têm também gerado a desconcentração das terras. Sérgio Sauer sistematizou uma pesquisa sobre como os beneficiários desses programas avaliavam essa política e constatou uma grande insatisfação pela não liberação ou demora dos recursos de infra-estrutura e produção e também pela ausência, nesses programas, de assistência técnica. No geral, as áreas adquiridas não têm água potável e possuem enormes dificuldades de acesso a transporte, escolas, saneamento básico e saúde. Como o recurso é insuficiente, as pessoas acabam por não construir suas casas. (SAUER, 2004 in: MARTINS, 2004, p. 47) O índice de desistência nesses programas é alto e isso ocorre porque não se obtém produção nas áreas adquiridas, pois as terras que as famílias podem pagar são as mais baratas no mercado e portanto, não possuem bom índice de fertilidade e/ou são muito pequenas e sem infra-estrutura alguma.

O limite de recursos para a compra das terras (o total de recursos é de U\$ 11 mil para cada família, incluindo a terra e a infra-estrutura) leva à implantação dos projetos em regiões menos dinâmicas de terras menos valorizadas, fracas e com sérias restrições de produção. Essas limitações se refletem diretamente na capacidade produtiva e nas condições para cumprir compromissos assumidos, como por exemplo, o pagamento da terra. (Ibid., p.48)

Por todos esses motivos somados à grande resistência por parte dos movimentos sociais a esses programas, a desapropriação continua a ser a principal forma utilizada para a obtenção de terra destinadas à reforma agrária no Brasil. Em especial o MST fez duras críticas a esses programas, insistindo na

desapropriação como principal instrumento de reforma agrária e no fato de que a proposta se constituía em uma estratégia para desmobilizar os movimentos sociais e sindicais no campo. A CPT também se posicionou fortemente contra o Banco da Terra, através da reafirmação de sua postura teológica de que a terra é um dom de Deus e não uma mercadoria. Essa visão legitimava as ocupações e também colocava as desapropriações como o caminho a ser utilizado na obtenção de terras. (MEDEIROS, 2003)

Isso é de grande relevância pois, no contexto dos programas de reforma agrária do Banco Mundial, as desapropriações deixariam de ocorrer, principalmente enquanto mecanismo de punição para aqueles que não cumpriam a função social da propriedade. Essa política de valorização dos mecanismos de mercado em relação à reforma agrária vai além do tema do acesso à terra. Atingem também a reprodução dos assentamentos que passam a ter que se inserir de forma competitiva no mercado, num contexto de profunda crise agrícola e tendo dívidas a pagar.

Com o Governo Lula, embora as expectativas fossem de mudança, o modelo de desenvolvimento que se seguiu acabou por dar continuidade às políticas da era FHC. Em 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário anunciou o Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural, no qual uma de suas principais metas era a continuidade do programa Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural. Programa este que segue a lógica do mercado de terras.

O agronegócio tem sido um dos principais sustentáculos da política econômica brasileira nos últimos anos, e continua sendo no Governo Lula, pois, para honrar os compromissos com o capital financeiro, o governo precisa obter saldos positivos na balança comercial. Esse saldo é obtido com em grande parte com as exportações de commodities. No entanto, agronegócio é uma palavra nova, que passou a ser amplamente utilizada na década de 1990. Trata-se mais de uma construção ideológica que tenta mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista. (FERNANDES, 2005) O latifúndio possui uma imagem de atraso, exploração, coronelismo, concentração de terra. A palavra latifúndio ficou

associada à idéia de terra que não produz. Já a imagem criada do agronegócio vem no sentido oposto e busca se contrapor à agricultura familiar. Embora haja de fato um enorme aumento da produção no agronegócio, em especial da soja e cana de açúcar, é criado um certo mito com relação ao seu poder de produzir alimento, gerar postos de trabalho e empregar tecnologia.

Para Oliveira (2004), ao contrário do que as elites propagandeiam através dos meios de comunicação, é a agricultura familiar que gera o alimento deste país. É ela também que compra mais tratores e caminhões, o que indica incorporação de tecnologia, e que ocupa mais trabalhadores. Podemos considerar os dados referentes à pequena propriedade como relativos à agricultura familiar, pois nesse segmento, no qual 73,7% dos imóveis possuem até 50 hectares, encontra-se 95,5% do trabalho familiar. Nas tabelas 5 e 6 que seguem, podemos analisar dados referentes à pequena, média e grande propriedade que ilustram bem a posição defendida pelo autor.

Tabela 3 - Dados Comparativos entre Pequena, Média e Grande Propriedade.

Indicadores	Pequena Propriedade	Média Propriedade	Grande Propriedade
Tamanho*	até 200ha	200 a 2.000ha	Mais de 2.000 ha
Imóveis INCRA	3.895.968	310.158	32.264
Estabelecimentos do IBGE	4.318.861	252.154	20.854
Área Total (em hectares)	122.948.252	164.765.509	132.631.509
Média do tamanho do imóvel (hectares)	31	531	4.110
Pessoal ocupado (trabalho familiar)	12.956.214(95,5%)	565.761 (4,2%)	45.208 (0,3%)
Assalariados (permanentes e temporários)	994.508 (40,3%)	1.124.356 (45,5%)	351.942 (14,2%)
Número de tratores	510.395	227.768	65.445
Localização dos Caminhões	59%	25%	6%
Uso de adubo no estabelecimento	38%	44%	41%
Uso de agrotóxico	65%	94%	95%

Uso de irrigação	6%	9%	6%
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6 e INCRA - Org: Oliveira, A. U. com adaptação de Goldfarb, Y. ¹⁶			

* Classificação utilizada pelo INCRA, a partir de média calculada com base na Lei Agrária de 1993.

Tabela 4: Dados Comparativos entre Pequena, Média e Grande Propriedade referentes à produção.

Produtos Para Exportação %			
Indicadores	Pequena-propriedade	Média Propriedade	Grande propriedade
Algodão	55	30	15
Cacau	75	24	1
Café	70	28	2
Cana-de-Açúcar	20	47	33
Laranja	51	38	11
Soja	34	44	22
Produto Mercado Interno e Alimentício %			
Algodão arbóreo	76	20	4
Arroz	39	43	18
Banana	85	14	18
Batata Inglesa	74	21	5
Feijão	78	17	5
Fumo	99	1	0
Mamão	60	35	5
Mandioca	92	8	0
Milho	55	35	10
Tomate	76	19	5
Trigo	61	35	4
Uva	97	3	0
Produção Animal %			
Animais De Grande Porte	46	37	17
Animais De Médio Porte	86	13	1
Animais De Pequeno Porte E Aves	85	14	1
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE - 1995/6 - Org: Oliveira, A. U. com adaptação de Goldfarb, Y. ¹⁷			

¹⁶ Tabela retirada da publicação Oliveira, A.U.; Stédile, J.P. O agronegócio x agricultura familiar e a reforma agrária. CONCRAB. Brasília, 2004 e adaptada posteriormente.

¹⁷ Tabela retirada da publicação Oliveira, A.U.; Stédile, J.P. O agronegócio x agricultura familiar e a reforma agrária. CONCRAB. Brasília, 2004 e adaptada posteriormente.

Essas tabelas desmistificam a idéia do agronegócio como grande produtor de alimentos, empregador de mão-de-obra e tecnologia. No entanto, ainda assim há intelectuais que chegam a afirmar a não existência de latifúndios no Brasil. Para eles, o que haveria, seriam grandes empresas rurais já que a modernização conservadora teria transformado os grandes latifúndios em propriedades produtivas. (OLIVEIRA, 2004, p. 8)

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para 'modernizá-la'. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Da escravidão à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade de terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. [...] Nessa nova fase do desenvolvimento, o agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo se torna o espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação de terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária, o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. (FERNANDES, 2005, p. 11 e 12)

Vemos com isso a união de uma série de fatores no sentido de negar a necessidade de uma reforma agrária de largo alcance, isto é, que de fato resulte numa transformação da estrutura fundiária do país e que seja baseada na agricultura camponesa, como defendem os movimentos sociais. A tentativa de mercantilizar a reforma agrária com os Programas do Banco Mundial significou a tentativa de tirar a luta popular do campo da política, isto é, de despolitizar o debate. Ao mesmo tempo, a criação da imagem do agronegócio como ideal de produtividade e de desenvolvimento no campo, somada ao discurso de que não

haveria mais camponeses no Brasil, dada a sua taxa de urbanização, têm colocado aos movimentos sociais o desafio de realizar uma luta pela reforma agrária também no campo ideológico. Os movimentos sociais têm que se defrontar com a ideologia do agronegócio, fortemente difundida na mídia. Por isso, as suas manifestações vêm no sentido de denunciar aspectos como a exploração de trabalhadores (como os cortadores de cana que são o caso mais expressivo no estado de São Paulo, pois chegam a morrer por fadiga, segundo estudos realizados pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos¹⁸); a devastação ambiental; o desrespeito às comunidades indígenas e quilombolas; e ainda denunciar o mito que existe em torno dos números de produtividade do agronegócio.¹⁹ É, nesse contexto, de acirramento do embate ideológico que o MST cria, no estado de São Paulo, a Comuna da Terra. Como se pode analisar através do texto de Matheus, a Comuna é criada com o intuito, entre outras coisas, de colocar em evidência o fato de que a luta por reforma agrária deve ser, também uma luta dos trabalhadores das cidades e de que ela deve disputar os meios de produção com o agronegócio. Essa idéia fica clara no seguinte trecho:

Por outro lado, precisamos conscientizar a população e a sociedade em geral, de que um Programa de Reforma Agrária interessa a toda sociedade. Hoje, não se trata apenas de uma solução para o problema dos sem terras, mas faz parte de um novo modelo de desenvolvimento nacional e está relacionado com a maioria dos problemas que acontecem nas cidades. A Reforma Agrária é uma solução não apenas para os problemas do meio rural, mas de toda sociedade brasileira e também do meio urbano. (MATHEUS, 2003, p. 30)

Há, portanto, um contexto histórico que contribui para essa aproximação do MST dos grandes centros urbanos. Porém, faz parte da elaboração dessa

¹⁸ Rede Social de Justiça e Direitos Humanos . *A OMC e os efeitos destrutivos da indústria da cana no Brasil*. Cederno de Formação Nº 2.

¹⁹ Segundo Pretto, dados do censo de 2000 mostram que propriedades de até 50 hectares são responsáveis por 80% dos produtos consumidos pela população (hortifrutigranjeiro, uva, fumo, feijão, mandioca e batata-inglesa), 62% da produção de carne bovina e 87% da produção de carne suína. (Pretto, 2005)

estratégia o entendimento do MST de que existe não apenas a necessidade de “massificar” a luta pela reforma agrária, como a necessidade de se envolver os demais setores populares da sociedade na luta contra o atual modelo econômico, já que este, como pudemos ver, prescindiu da transformação da estrutura fundiária do país. Nesse sentido, o projeto do MST converge com as idéias de diversos intelectuais que entendem a reforma agrária como um dos processos imprescindíveis para a consolidação da nação, assim como a democracia e a soberania, independentemente do fato de já termos realizado a transição para uma sociedade industrial.

A atual estrutura agrária nos impede de ser uma nação, não é apenas um problema da pequena agricultura. Ela é um obstáculo para a conformação, consolidação e complementação da construção de uma nação republicana, democrática, autônoma, independente que julgo ser a aspiração de todos nós. Somos sujeitos da reforma agrária e ela é a condição para que o nosso sonho de nação se concretize. Por isso é imprescindível que mobilizemos a opinião pública urbana para dar coro à reforma agrária, porque ela é fundamentalmente um problema político. Reforma agrária não é um problema técnico, não é um problema agrônomo, não se trata de uma busca produtivista. O capitalismo que aí está resolve os problemas de demanda sem dificuldades. Resolve, porém, perversamente, concentrando renda, destruindo, arrebentando a natureza. Resolve impondo uma visão autoritária de país, que não aceitamos. Assim, neste momento, o mais importante é conseguirmos o apoio urbano para a reforma agrária. (SAMPAIO apud BOMBARDI, 2004, p, 332)

O MST faz essa leitura, de que não interessando mais à burguesia industrial brasileira, a relevância da realização da reforma agrária estaria sendo questionada. Por isso a necessidade do apoio de setores urbanos da sociedade. É baseando-se nessas idéias, que o MST afirma a necessidade de se realizar uma luta ideológica e de encontrar novos aliados na luta por reforma agrária. Por isso a

aproximação com outros movimentos sociais da cidade. Segue abaixo um trecho da entrevista de 21 de setembro de 2005 que João Pedro Stédile deu a Carta Capital, na qual essa posição fica clara:

A nossa sorte é que nós, ao longo destes anos, construímos um projeto ideológico. Não fica só na luta corporativa de “quero terra”. E isso permite ter consciência suficiente de perceber que a própria reforma agrária não tem viabilidade se não se der dentro de um novo projeto. O qual impõe a aliança com os movimentos sociais da cidade. Parte da nossa energia se destina a construir essa unidade com os outros. Na nossa avaliação, hoje o alvo principal é a juventude das grandes cidades. Não mais o operariado industrial, que está debilitado e destruído política e ideologicamente. É possível que daqui por diante se construam novos movimentos. Por exemplo, dos jovens desempregados... Vocês sabem, 70% dos desempregados do Estado de São Paulo têm até 24 anos e segundo grau completo. Não é mais o lumpen. O lumpen é flanelinha, nem conta como desempregado. (E essas manifestações que houve em Florianópolis, Vitória, de juventude de segundo grau fazendo movimento de massa contra as tarifas de ônibus são muito emblemáticas. Não houve partido por trás, a garotada foi pra rua. Um movimento que está se ampliando e massificando é o do hip hop...).(Carta Capital, setembro, 2005)

Outros fatos marcam também esse processo de aproximação de organizações urbanas, como a constituição, em 2003, da CMS - Coordenação dos Movimentos Sociais – organização que articula diversos movimentos e sindicatos, rurais e urbanos, no sentido de criar ações unificadas.²⁰ A CMS é um espaço de convergência, de construção de unidade e de reflexão entre os mais diferentes

²⁰ A Coordenação de Movimentos Sociais (CMS) foi criada em abril de 2003, organizada por diversos movimentos tais como a MMM (Marcha Mundial das Mulheres), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores), CMP (Central de Movimentos Populares), CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores), movimentos de moradia, estudantil, de desempregados, pastorais e diversos sindicatos.

movimentos e formas organizativas da população. Esse espaço tem o objetivo de estimular o debate e fomentar ações conjuntas entre os movimentos²¹.

Também podemos assinalar a constituição, em 1999, do MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados - durante o Seminário Estadual da Consulta Popular realizado no Rio Grande do Sul, do qual participaram representantes da Via Campesina, da Federação dos Metalúrgicos entre outras lideranças. O MTD tem como objetivo mobilizar e articular os trabalhadores desempregados do país. Segundo um integrante da coordenação nacional do movimento e um de seus fundadores, Mauro Cruz, o MTD nasceu da necessidade de se criar um movimento urbano de massas para mobilizar o povo da cidade na busca por moradia, emprego e que também pudesse dialogar com os movimentos do campo. Para Cruz, *“justamente nas cidades, onde se concentram as massas, os movimentos organizados não davam conta de um projeto articulado com as áreas rurais.”* Por isso, decidiu-se organizar um movimento urbano de massas que nascesse já articulado aos movimentos do campo. Nas palavras de Mauro Cruz:

Nascemos com a reivindicação de trabalho, terra e teto. Junto com isso, a reivindicação das frentes emergenciais de trabalho. Nossas bandeiras de lutas são os assentamentos rururbanos, que resolvem a questão do teto, da produção da comida e de espaços para organizar grupos de produção, também urbanos.²²

Notamos assim um esforço para se articular diferentes movimentos e organizações sociais do campo e da cidade e para se criar uma agenda comum de demandas, manifestações e proposições de projetos. O que vem reforçar esse

²¹ Segundo o site da organização, ela se constituiria como um espaço cujas funções seriam:

- a) Ser um espaço de reflexão e entendimentos estratégicos, de convergência de todas as forças populares que querem mudanças sociais e uma oportunidade para intercâmbio de calendários, experiências organizativas e formas de luta.
- b) Ser um espaço para debater como disputar a sociedade para as mudanças que o país precisa, na luta contra o neoliberalismo e a hegemonia da burguesia.
- c) Ser um espaço para estimular o reascenso do movimento de massas no país.
- d) Gerar unidade de ação entre os mais diferentes movimentos.
- e) Construir ações de massa conjuntas, a nível nacional. (fonte: site <http://www.cut.org.br/publique>, acessado em 17 de janeiro de 2007)

²² site <http://www.cut.org.br/publique>, acessado em 17 de janeiro de 2007.

processo com relação ao MST é a percepção deste, de que a luta do campo, a luta pela reforma agrária, dependem de uma transformação no modelo de desenvolvimento adotado no país.

Essa aliança entre fazendeiros capitalistas brasileiros com empresas transnacionais está determinando as políticas que os organismos internacionais, como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e as convenções internacionais das Nações Unidas, tentam impor aos países do terceiro mundo, como a América Latina. E forçam para que esses organismos façam regras e normas internacionais que favoreçam esse modo de explorar a agricultura e os trabalhadores do terceiro mundo e assim continuariam aumentando seus lucros. [...] Como se vê, estamos diante de um novo modelo de agricultura capitalista, mais complexo, que gerou mais inimigos para a reforma agrária e para os camponeses. (MST, 2006, p. 18 e 19)

Tendo em vista essa conjuntura, o MST entende que, sem o apoio de setores urbanos da sociedade, não há como viabilizar a reforma agrária.

Somente a construção de um amplo movimento popular que reúna os milhões de trabalhadores interessados nas mudanças na sociedade poderá alterar a atual correlação de forças e viabilizar essas mudanças necessárias.

Para isso é necessário organizar, massificar e ampliar a participação popular nas lutas e mobilizações, de forma permanente. As mudanças necessárias somente serão realizáveis com uma ampla participação popular, antes e durante a aplicação do programa [popular para a agricultura brasileira]. (Ibid., p. 44)

Vale ressaltar, no entanto, que esse aspecto da luta do MST é fundamentado na visão de que é preciso organizar o povo para a luta. Esse é,

portanto, o projeto político do MST, enquanto organização social. Não é, necessariamente, o projeto de vida das famílias que compõem os assentamentos e acampamentos. Isto é, o projeto de vida delas não passa necessariamente por uma transformação do modo de produção capitalista, embora, mesmo sem saberem, ao fazerem parte de um assentamento e ao optarem pela produção familiar, estão produzindo com base em relações de produção não capitalistas, ainda que inseridas e mesmo subordinadas, ao primeiro.

O que começa a se configurar é o surgimento de uma estratégia que engloba as populações dos grandes centros urbanos na luta pela reforma agrária, na medida em que vai se evidenciando a falta de alternativa para a vida dessas pessoas, bem como a diminuição da importância da reforma agrária, como parte de um projeto estatal para o desenvolvimento do país. Em entrevista transcrita no livro *Brava Gente*, João Pedro Stédile fala sobre o campo como alternativa ao desenvolvimento da sociedade:

...outra frente ensaiada, que não depende só de nós, é justamente começar a tratar o processo de desenvolvimento do meio rural como uma alternativa à cidade, como uma alternativa ao desenvolvimento geral da sociedade. Vamos novamente contra o que estão dizendo as forças imperialistas. Os países desenvolvidos pregam que o meio rural já deu o que tinha que dar. Temos que provar que para resolver o problema dos pobres na América Latina e no Terceiro Mundo, só se levarmos o desenvolvimento para o meio rural. [...] Tem que afetar uma região inteira, tem que ser regional. Isso é mais demorado, envolve toda a sociedade.[...] Alguns confundem a defesa que fazemos da reforma agrária com uma espécie de volta ao passado. Identificam nossa luta com o atraso. Nada mais falso. O fato de defendermos o desenvolvimento rural como via para melhorar a vida para todo mundo não significa que somos contra a aglomeração social. Somos a favor da formação de agrovilas. (FERNANDES; STÉDILE, 1999, p.124 et seq.).

Essa visão de uma reforma agrária que represente uma transformação para toda a sociedade é formulada no sentido de solucionar problemas urbanos a partir do desenvolvimento do campo. Trata-se de uma estratégia de reafirmar a necessidade da reforma agrária para o desenvolvimento nacional.

Simultaneamente o MST tem ampliado e diversificado sua estratégia de luta, pois entende que sua base não se encontra mais apenas no campo, mas também nos grandes centros urbanos, como um contingente populacional enorme à margem de todos os direitos, espoliado, desempregado ou subempregado e sem perspectivas dentro da economia urbana. Essa percepção é de extrema importância, pois permite não apenas colocar o campo como alternativa à cidade, mas também refletir sobre que campo é esse que se quer construir através dos novos assentamentos. Por isso, as Regionais que têm trabalhado a questão das Comunas da Terra são as regionais metropolitanas, ou seja, as que se encontram próximas ou dentro de grandes centros urbanos. A discussão sobre Novas Formas de Assentamento está presente também nas Regionais do interior do estado, mas a Comuna da Terra é uma proposta dentro dessas novas formas que se restringe às áreas circundantes dos grandes centros. Existe, portanto, uma multiplicidade de estratégias utilizadas pelo MST, não apenas entre os estados, mas também dentro deles, fruto, por um lado, de divergências quanto à condução da luta pela reforma agrária, mas por outro lado, fruto também do entendimento das diferenças existentes nos espaços de atuação do Movimento com relação a como se configuram as relações de poder e as territorialidades delas decorrentes. Essa multiplicidade não ocorre sem conflitos, porém, não exclui ou anula as diretrizes gerais do MST. Este, ao se territorializar em diferentes lugares, se depara com conflitualidades específicas, e portanto, formula, num nível local, estratégias específicas.

Mas poderíamos dizer que não fica evidente ainda, a necessidade de se criar a Comuna da Terra. A bandeira “Reforma Agrária: uma luta de todos” não é nova. Já vem sendo usada como palavra de ordem pelo MST desde 1995, quando ocorreu o seu III Congresso Nacional. No site do Movimento temos a seguinte informação: “*Cresce [já em 1995] a consciência de que a Reforma*

Agrária é uma luta fundamental no campo, mas que se não for disputada na cidade nunca terá uma vitória efetiva. Por isso, a palavra de ordem foi "Reforma Agrária, uma luta de todos". (Site: www.mst.org.br, acessado em 15 de abr. 2007)

Sendo assim, a Comuna da Terra não pode ser entendida unicamente como uma forma de se incorporar outros setores da sociedade na luta pela reforma agrária, já que esse processo já estava em andamento. Ela aponta para a incorporação de outros setores da sociedade, enquanto sujeitos da reforma agrária, isto é, enquanto aqueles que irão de fato compor os acampamentos e assentamentos rurais.

Devemos voltar aqui a uma questão fundamental para a compreensão da Comuna da Terra que é a questão do público alvo, isto é, do “público interessado” pela reforma agrária no Brasil. Pois, “*o que se pretende com a Comuna da Terra é a volta de boa parte da população urbana para o campo...*” (MATHEUS, 2003, p. 43)

Isso nos permitirá compreender que a Comuna da Terra é fruto da convergência de, por um lado, a necessidade estratégica de reafirmar a importância da reforma agrária para o país, daí a aliança com outros setores da sociedade, e por outro, da percepção de que o público dessa reforma encontra-se também nos grandes centros urbanos.

O que procurarei demonstrar a seguir é que o MST, ao lutar por assentamentos que possuam a infra-estrutura existente nas cidades e ao arregimentar a população urbana para compor esses assentamentos está, paradoxalmente, defendendo a idéia de que o campo deve continuar existindo enquanto espaço de reprodução da vida camponesa. Vejamos isso com mais profundidade na parte que segue.

Parte 2: Uma reforma agrária para os filhos da terra: a questão dos sujeitos da reforma agrária e a recampesinização.

2.1 Do campo à cidade

2.1.1 Migrações e vida nos grandes centros urbanos

O Brasil é um país onde uma imensa população está continuamente se movimentando, migrando, na grande maioria das vezes por questões econômicas. Saindo da terra. Chegando na cidade grande. “Entrando” na terra novamente. Ou então, simplesmente saindo da cidade para entrar na terra. Esses fluxos de movimentação mudam de direção, invertem os sentidos e nesse ir e vir, criam e resignificam os espaços. É nesse contexto que precisamos analisar as Comunas da Terra, para que possamos compreender que ela não se constitui como uma experiência solta, isolada ou espontânea.

No Brasil, na década de 1930, políticas como a regulamentação do trabalho urbano (não extensiva ao campo), o incentivo à habitação popular, o incentivo à industrialização e a construção de infra-estrutura industrial, reforçaram o movimento migratório campo-cidade, que iria ter, na era de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961), novo impulso devido à política desenvolvimentista que estimulava fortemente o desenvolvimento da indústria, em especial da automobilística, centrada na região sudeste do País. Segundo Martins (2003), o desenvolvimento do país dos anos 1950 ao 1970 e suas turbulências e recuos, acabou por valorizar a propriedade, seja como meio de produção, ou como reserva de valor e meio de especulação. Isso fechou ainda mais as portas aos pobres. Outra causa da intensa migração ao longo da década de 1950 foi a sucessão de dramáticas secas que atingiram o nordeste brasileiro. Para termos uma idéia, a população urbana passou de aproximadamente 36% do total em 1950 para 55% em 1970 e 67% em 1980.

Mas a migração rumo à cidade não explica todo o processo migratório no Brasil. Um exemplo foi o grande salto migratório que se deu entre 1950 e 1960 quando mais de 900 mil pessoas se dirigiram ao Paraná, que vinha oferecendo a venda de pequenas propriedades, através da Companhia de Terras do Norte do Paraná, já desde a década de 1920. No mesmo período, 700 mil pessoas se dirigiram ao estado de São Paulo. (FAUSTO, 1994)

O que explica a saída de pessoas do campo para a cidade, no Brasil, é uma junção de fatores como a mecanização das atividades agrícolas, a oferta de empregos urbanos (pelos altos índices de industrialização até a década de 1970 e depois pelo aumento das vagas no setor de serviços), a criação de novos empregos no meio rural a um ritmo menor do que o do crescimento demográfico e o fechamento de fronteiras agrícolas, isto é, o impedimento do acesso à terra pelo do trabalhador, seja por meios burocráticos ou policiais, seja por uma maneira menos violenta, como o aumento do preço da terra. (CEM, 1983)

Martins (2003) aponta para o processo de desenraizamento das formas tradicionais de ajustamento do trabalho agrícola à grande lavoura. Esse ajustamento representava a possibilidade de morar no local em que se trabalhava. A desagregação dessas formas tradicionais nos anos 1960 e 1970, abriu espaço para o trabalho temporário, não enraizado e sem complementaridade com outros ajustamentos em relação a formas enraizadas de moradia e trabalho. Ele aponta assim que, mais do que o vínculo trabalhista, o que se rompeu nesse processo foi o vínculo de moradia, de agregação à grande propriedade. Exemplo por ele utilizado é o da mão-de-obra da Companhia de Tecidos Paulista, pertencente ao mesmo grupo econômico das Casas Pernambucanas, constituída por famílias camponesas do interior do estado de São Paulo. A fábrica empregava os filhos e em especial as filhas dessas famílias, oferecendo aos pais, um roçado. Essa permissão de produção na propriedade da fábrica era feita sob a condição de que as famílias se comprometeriam em produzir alimentos a serem vendidos obrigatoriamente na feira de Paulista, freqüentada pelos operários da fábrica. A desagregação desse modo de uso da mão-de-obra agrícola faz surgir uma massa de deserdados, muitas vezes obrigada a migrar para a cidade, que acaba tornando-se demandante da reforma agrária. Soma-se a esse de processo, a desestruturação das relações produtivas no campo, também fortemente impulsionadas pela chamada Revolução Verde, que expulsou mais de 30 milhões de trabalhadores rurais para as cidades, nas décadas de 1960 e 1970. (MATOS, 2006)

A migração rural, a partir da década de 1980, tem passado a ser cada vez mais um ir e vir em busca de emprego e não apenas em busca de terra nas fronteiras agrícolas. Esta última tendência migratória pode ser caracterizada em três momentos: 1) expansão da economia cafeeira para o Paraná, a partir da década de 1930; 2) expansão que acompanhou grandes empreendimentos estatais sentido Centro-Oeste do país, a partir dos anos de 1940; e a transferência da população para a região amazônica, principalmente ao longo da década de 1970. Essas três tendências declinaram por diversas razões, mas diversos estados, em especial os do nordeste, continuaram expulsando sua população por conta dos processos de apropriação de terras por grandes empresas, expulsão de posseiros, introdução de técnicas com baixa absorção de mão-de-obra etc. (CEM, 1983)

A partir da década de 1980, com os sucessivos períodos de recessão, as crises econômicas e do Estado passam a ser recorrentes. A dívida pública cresce, as demandas sociais ficam represadas e faltam os recursos para aparelhar as grandes cidades.

Com o Estado ausente, o planejamento econômico e o planejamento urbano praticamente desapareceram, os investimentos em saneamento, habitação, educação e saúde minguaram, escassearam-se os financiamentos internacionais de baixo custo ou a fundo perdido, as privatizações não resultaram em riqueza nova e a fuga dos investimentos produtivos das grandes cidades, ou mesmo sua inexistência, completaram esse quadro de desalento. Sem tais investimentos, restringe-se a oferta de emprego e amplos segmentos da população passam a conviver com a pobreza. (MATOS, 2006, p. 64)

De fato, a porcentagem da população rural tem diminuído com relação à população total do país, como demonstra a tabela 5. É também interessante notar o processo de redução no número absoluto dessa população a partir de 1970.

Tabela 5 Participação Percentual da População Rural no Total da População Brasileira no Período de 1950 a 2000

Ano	População rural	Relação ao total da população brasileira (%)
1950	38.291.775	63,8
1960	38.767.423	54,6
1970	41.054.053	44,1
1980	38.509.893	32,4
1991	35.213.268	24,5
1996	33.879.211	22
2000	31.947.618	18,8

Fonte: IBGE, Censo Demográfico - Brasil (anos 1995 e 2000)
Organização: Yamila Goldfarb

No entanto, não podemos considerar os dados isolados, caso contrário, estaríamos negligenciando o fato de que há, cada vez mais, um número maior de pessoas voltando ao campo, como poderemos ver na tabela 6.

Somente entre 1995 e 2000, mais de 15 milhões de pessoas migraram dentro do país. Interessante que nesse movimento, houve um maior número de pessoas se deslocando para ou entre áreas rurais, do que pessoas se deslocando de áreas rurais para áreas urbanas, embora a migração entre áreas urbanas tenha sido a maior de todas.

Tabela 6 Migração Interna no Brasil entre 31.07.1995 e 2000 por Situação de Domicílio (urbana ou rural)

População migrante por situação de domicílio	Número absoluto
Pessoas que residiam em situação de domicílio urbana e atualmente residem em situação de domicílio rural.	1.345.422
Pessoas que residiam em situação de domicílio rural e atualmente residem em outros municípios e em situação de domicílio rural.	1.161.891
Pessoas que residiam em situação de domicílio urbana e atualmente residem em outros municípios e em situação de domicílio urbana.	10.775.021
Pessoas que residiam em situação de domicílio rural e agora residem em situação de domicílio urbana.	2.032.891
Total	15 458 886

Fonte IBGE Censo 2000

Esses processos migratórios e o estímulo à industrialização geraram um enorme crescimento demográfico das cidades, no entanto, este não foi acompanhado do desenvolvimento sócio-econômico.

Ainda hoje, as cidades atraem uma imensa população migrante, porém, estas cada vez geram menos empregos capazes de absorver tal mão-de-obra disponível. Embora tampouco gerassem uma capacidade total de absorver toda a mão-de-obra disponível durante as décadas em que a indústria se desenvolvia com os ciclos de substituição de importações, até os anos 1970, de fato existia a possibilidade maior de uma mobilidade social ascendente entre os anos 1950 e 1970 que chegou a atingir um grande número de migrantes. Porém, mais recentemente, na cidade de São Paulo, a participação da indústria na oferta de empregos caiu de 40% em 1980 para 15% em 2004. (DAVIS, 2006) Parte da população que perdia o emprego no setor industrial se deslocou para o setor de serviços que teve um significativo aumento. A População Economicamente Ativa (PEA) teve um grande aumento no período entre 1989 e 2001. A diminuição do emprego no setor industrial, a incapacidade do setor de serviços absorver formalmente todos os trabalhadores que se deslocavam das indústrias e o aumento da PEA resultou no grande aumento da população desempregada na RMSP, passando de 9% para 18% no período de 1989 a 2001. Também a informalidade tem grande aumento no mesmo período, relacionado, em parte, à diminuição de 60% para 45% do setor formal da economia privada. Segundo dados do DIEESE, é apenas em 2005 que a taxa de desemprego começa a apresentar queda significativa decorrente, em especial, do aumento das vagas no setor de serviços e de uma leve retomada de vagas no setor industrial. (www.dieese.org.br/ped/sp acessado no dia 17/08/2007)

Considerando os dados a cima, percebe-se a diminuição do papel de grande centro de atração populacional representado pela RMSP. No entanto, o índice de migrantes continuou sendo muito intenso, marcando a expansão territorial da Região.

Na Região Metropolitana de São Paulo, entre 1991 e 2000, as áreas denominadas de fronteira urbana, isto é, as regiões de periferia onde há enorme expansão demográfica, muitos conflitos fundiários e onde o Estado ainda não se mostra presente através de equipamentos sociais e infra-estrutura urbana, cresceram mais que as áreas centrais dos principais centros urbanos²³. Isso significa que as regiões de periferia ainda não consolidada (justamente a fronteira urbana), cresceram em população mais do que os centros das cidades e suas periferias já consolidadas. Tanto a fronteira urbana como a periferia consolidada são áreas segregadas, porém, na segunda, o Estado já se encontra mais presente. A fronteira urbana, por sua vez, apresenta maior precariedade em infraestrutura, em especial saneamento básico, um crescimento demográfico maior, a expansão de favelas e loteamentos clandestinos além conflitos ambientais e fundiários. (TORRES, 2005) Contudo, é interessante perceber que esse crescimento da fronteira urbana não se deve exclusivamente e nem principalmente a uma migração interna, isto é, das áreas centrais da cidade, ou mesmo da periferia consolidada para a fronteira urbana. (Matos, 2006, p. 66) Essas regiões têm recebido a grande maioria dos migrantes provenientes de outros estados, em especial, os do nordeste. Como aponta Matos (2006), esses migrantes possuem níveis de renda muito menores do que os das populações das outras áreas da metrópole. Portanto, a fronteira urbana tem se consolidado como “o lugar daqueles que não têm lugar” (ibid., p. 102). Isso nos demonstra que, ainda que a Região Metropolitana de São Paulo tenha deixado de oferecer empregos como em décadas anteriores, existe um contingente populacional que se vê obrigado a migrar mesmo sem a garantia de melhores condições de vida. Trata-se de uma migração daqueles que não têm outra saída, senão o abandono de sua terra natal. São essas pessoas que irão expandir a fronteira urbana. *“Um amplo conjunto de pessoas, migrante ou não-migrante, estaria constituindo uma geração de pobres, cujos filhos estariam igualmente condenados à pobreza, abandonados nos confins da cidade grande.”* (ibid., p. 78)

²³ Na Região Metropolitana de São Paulo, a área denominada cidade consolidada perdia população em ritmo acentuado, de 1,3% ao ano. Já a fronteira urbana crescia 6,3% ao ano. Por sua vez, a periferia consolidada cresceu 1,3% ao ano. (TORRES, 2005 p.111)

Como aponta Mike Davis em Planeta Favela (2006), isso indica que as grandes metrópoles têm aumentado seu tecido urbano sem o acompanhamento de um crescimento econômico (gerador de postos de trabalho e de melhores condições de vida). Para ele, urbanização sem crescimento é herança da crise mundial da dívida externa do final da década de 1970 e da subsequente reestruturação das economias do terceiro mundo sob a liderança do FMI nos anos 1980. Porém, a explicação estrutural para o não crescimento econômico das grandes cidades se encontra dentro do próprio capitalismo, como uma contradição inerente a ele que se expressa por meio do desenvolvimento geográfico desigual.

2.1.2 A produção da exclusão econômica e da expropriação espacial

O Modo de Produção Capitalista possui a tendência de produzir crises de sobreacumulação, que se dão tanto pela produção de excedente de capital, como pelo excedente de mão-de-obra, de forma simultânea, ou não. Diante disso, o capitalismo cria maneiras lucrativas de absorver tanto o capital, como a mão-de-obra excedentes. Essa solução, explica Harvey em O Novo Imperialismo (2004), se dá com a expansão geográfica e a nova organização espacial, o que envolve enormes quantias de investimentos públicos ou privados, e grande utilização de mão-de-obra, através da construção civil. Para se alcançar isso, é preciso o processo de acumulação (dos espaços), para posterior fragmentação, como é o caso de desapropriação ou compra de terrenos para a construção de uma avenida e posterior construção de edifícios, ou a desapropriação de sítios para a construção de uma estrada e a posterior construção de condomínios residenciais ao longo desta, entre outros casos.

O capital busca perpetuamente criar uma paisagem geográfica para facilitar suas atividades num dado ponto do tempo, simplesmente para ter de destruí-las e construir uma paisagem totalmente diferente num ponto ulterior do tempo, a fim de adaptar sua sede perpétua de acumulação interminável do capital. Esta é a história de destruição criativa inscrita na paisagem da geografia

histórica completa da acumulação do capital. (HARVEY, 2004, p. 88).

Com isso, podemos compreender como o capitalismo produz o desenvolvimento geográfico desigual.

Os processos continuados de geração (produção) de espaços estão relacionados aos mecanismos chave da acumulação por espoliação, termo empregado por Harvey para se referir ao que Marx denominou de acumulação primitiva de capital (HARVEY, 2004). Trata-se da liberação de um conjunto de ativos a preços muito baixos, dos quais o capital excedente, sobreacumulado, se apropriará de forma lucrativa. Esses ativos podem ser, inclusive, terra, recursos naturais e força de trabalho.

Na visão de Harvey (2006), o neoliberalismo é engendrado como resposta das elites à atual crise de sobreacumulação do capitalismo, que impõe a desvalorização de ativos e o avanço da acumulação por espoliação para abrir caminho para novos ciclos de investimento e a acumulação com base na reprodução ampliada, o que tem resultado na ampla difusão de formas de expropriação e privatização sobre a terra e os recursos naturais, afetando profundamente a teia da vida e as bases materiais da reprodução social. (MARQUES, 2006, p. 6)

Assim, poderíamos relacionar o acelerado crescimento da pobreza urbana a esse processo mais amplo, ligado ao movimento geral do capitalismo marcado por ciclos e crises de sobreacumulação. O processo de periferização das populações de baixa renda é um exemplo. A especulação imobiliária nos centros das cidades expulsa a população pobre para áreas longínquas, onde prevalecerá a auto-construção. Os edifícios do centro passam a abrigar então uma classe média. A remoção forçada de favelas para a construção de empreendimento urbanísticos, com suposto interesse público, levadas à cabo por parcerias entre o setor privado e o público são outro exemplo.

Nas metrópoles, cujo crescimento avassalador parece desordenado e espontâneo, essas parcerias entre setores privados e setores públicos

são alardeadas como a nova face do planejamento e da gestão urbana já que o Estado, pela sua 'ineficácia' e crise fiscal, não teria (...) condições de dar conta das políticas públicas. Dessa forma todos saem ganhando... Mas o que se viu de fato, em vez da pós-modernidade ou do neo-liberalismo, foi a ação arcaica cujas raízes estão bem fincadas há séculos, no Brasil: a captura da máquina pública e recursos municipais para viabilizar o empreendimento gigantesco que nenhum lobby de capitais privados teria condições de fazer. (MARICATO, 2001 In: FIX, 2001, p. 9 e 10)

As operações urbanas realizadas na cidade de São Paulo são um bom exemplo de acumulação por espoliação. Nelas, o poder público atua como promotor, indutor, criando condições para importantes transformações na cidade realizadas pela iniciativa privada, quase sempre articulada ao setor imobiliário. Em troca do investimento do setor privado, permitem-se exceções nas Leis de Zoneamentos de determinadas áreas. Nesses casos, a remoção de favelas e a expulsão de populações para as periferias da metrópole costumam representar ganhos imobiliários fabulosos, nas proximidades das intervenções, como é o caso das Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada, descritas por Mariana Fix em *Os Parceiros da Exclusão* (2001). Nesse estudo, Fix demonstra como se dá a aliança entre os setores público e privado para a produção das condições materiais no espaço, para a reprodução do capital. Essas "condições", não raras vezes são a própria espoliação da população pobre dos grandes centros urbanos, como é o caso das remoções forçadas de favelas.

Mas as operações urbanas não são os únicos exemplos nos quais o próprio Estado promove a acumulação por espoliação. Na gestão de Jânio Quadros (1985-1988), criou-se a Lei do Desfavelamento. Esta Lei possibilitava que proprietários de terrenos ocupados por favelas, construíssem acima dos limites

determinados pelo Zoneamento, contanto que, parte do lucro desse investimento fosse destinado à construção de casas populares na periferia, que seriam doadas às prefeituras. Essa lei transformou a população das favelas em objeto de especulação, pois, para obter a modificação de uso e ocupação do solo, os “interessados” estimularam inúmeras ocupações de famílias nas áreas que mais tarde seriam “atendidas” pela Lei do Desfavelamento.

A descrição que Marx faz da acumulação primitiva revela uma série de processos ainda vigentes. Eis alguns deles segundo Harvey (2004): mercadificação e privatização da terra, expulsão violenta de populações do campo, conversão de várias formas de direito de propriedade comum, coletiva, do Estado etc, em direitos exclusivos de propriedade privada, mercadificação da força de trabalho, supressão de formas alternativas e autônomas de produção e de consumo, processos coloniais, neocoloniais e imperialistas de apropriação de ativos, o comércio de escravos, a usura, a dívida nacional e o capital financeiro (este como vanguarda).

Todas as características de acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra têm se acelerado em países como México e Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com freqüência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista de acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (HARVEY, 2004, p.121)

A cidade se produz e reproduz de forma vinculada à propriedade privada da terra, que se materializa na segregação espacial. Para o capital, a cidade e a classe trabalhadora interessam como fonte de lucro. (KOWARICK, 1993) Essa idéia converge com a interpretação de Harvey. Kowarik define a espoliação urbana como a forma de extorquir das camadas populares o acesso aos serviços de consumo coletivo. Extorsão significa aqui, impedir ou tirar de alguém, por alguma razão de caráter social, algo a que tem direito. Para o autor, a produção do espaço de uma cidade é determinada por processos sócio-econômicos e políticos que vão refletir, sobre a terra urbana, a segregação que caracteriza a excludente dinâmica das classes sociais. (Ibid., p. 83) A terra urbana sujeita aos capitais de promoção, construção e financiamento imobiliário, impede a democratização de seu acesso às populações subalternas, que se vêm obrigadas ou induzidas a ocuparem áreas de risco, áreas de proteção ambiental (como é o caso de mananciais ou manguezais), e/ou áreas distantes dos centros das cidades reservadas à especulação imobiliária, conhecidas como vazios urbanos. Soma-se a isso a precariedade ou inexistência de serviços de consumo coletivo, necessários à sobrevivência. Processos todos constituintes de uma espoliação urbana e que permitem a acumulação.

Nesses casos todos, a ilegalidade com relação à posse das terras daqueles que as habitam completa o quadro de exclusão das classes subalternas que, estando em situação de ilegalidade, permanecem sem acesso a direitos básicos como o de infra-estrutura urbana. Situação esta que pode ser bastante confortável para a abstenção do poder público e para o clientelismo político. É quando a área ocupada por favelas ou outras formas de habitações precárias é valorizada pelo mercado imobiliário que a lei se impõe.

Assim, população subalterna dos grandes centros urbanos²⁴ tem que resolver uma difícil equação ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da

²⁴ “A pobreza, no Brasil, é sensivelmente mais alta nas áreas rurais, embora nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, regiões mais urbanizadas do país, a pobreza seja um fenômeno essencialmente metropolitano. Os pobres representam 40% da população rural, porém, os pobres urbanos são a larga maioria em números absolutos. Em 1999, eles correspondiam à cerca de 78% do total de pobres no Brasil.” (Rocha: 2003, p.135 apud Marques, 2006, p. 6)

posse, a qualidade da habitação, a distância desta do trabalho e ainda a segurança. Em parte, essa situação também se deve ao fato de que o mercado habitacional nas grandes cidades do terceiro mundo nunca oferece 100% do estoque de residências, simplesmente para valorizar os preços no jogo da oferta e procura. (OBERAI, 1993) E, com relação aos terrenos disponíveis para construção, estima-se que no Brasil, um terço desses espaços mantenha-se fora do mercado na expectativa de valorização de seus preços. (GILBERT e VARLEY 1991, p. 35 apud DAVIS, 2006, p. 99) Com isso, resta o mercado de locação informal, as ocupações irregulares de vazios urbanos, no geral à espera de valorização no mercado, ou a ocupação de áreas impróprias como mananciais, ribanceiras, manguezais ou mesmo depósitos de lixo irregulares.

Para completar o quadro, no geral as ações dos governos deixam muito à desejar com relação às políticas públicas voltadas à habitação popular. É consenso entre diversos urbanistas, que as políticas habitacionais no Brasil acabaram por privilegiar a camada da classe média e não a mais pobre. Esse aspecto se agravou com a política neoliberal.

O papel minimalista dos governos nacionais na oferta de moradias foi reforçado pela atual ortodoxia econômica neoliberal definida pelo FMI e pelo Banco Mundial. Os Planos de Ajuste Estrutural (PAE's) impostos às nações endividadadas no final dos anos 1970 e na década de 1980 exigiam a redução dos programas governamentais e, muitas vezes, a privatização do mercado habitacional. (DAVIS, 2006, p. 71)

Conforme Maricato, o IBGE registrou que, entre os anos de 1980 e 1991, a população brasileira cresceu 1,9% e entre 1991 e 2000 cresceu 1,6%. No entanto, a população favelada cresceu 7,65% e 4,18% respectivamente. Em 2005, somente na cidade de São Paulo, tínhamos 11% da população vivendo em favelas, sendo que em 1970 tínhamos apenas 1,2%. (MARICATO apud DAVIS, 2006 p. 215) O que esses dados demonstram é o aumento do percentual de pessoas vivendo em condições impróprias no Brasil. Só na cidade de São Paulo

há 1,1 milhão de pessoas vivendo em favelas, 1,6 milhão morando em loteamentos ilegais, aproximadamente 500 mil pessoas vivendo em cortiços e aproximadamente 10 mil trabalhadores em situação de rua. (ibid., p. 215)

2.2 Da cidade ao campo

A reforma agrária vai mudar não apenas o campo. Ela vai mudar a cidade. Ela exige um outro tipo de administração e um outro tipo de homem urbano, que entenda inclusive os tempos e as exigências do campo, que não os tempos e as exigências da cidade.
(Plínio de Arruda Sampaio,)

2.2.1 Entrar na terra. Uma saída?

As condições de vida que essa população enfrenta são repletas de instabilidades, privações e riscos. O risco de remoção, do despejo, o de perder o emprego (segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento, na América Latina, a economia informal emprega 57% da força de trabalho) (DAVIS, 2006) ou então o risco de sofrer os mais diversos tipos de violência. Sofrem a privação de espaços de lazer, de boa educação, ao tempo para a família, da saúde de qualidade, de bens de consumo básicos. Essa situação de constante precariedade e instabilidade tem, em muitos casos, sido responsável pela busca do retorno ao campo por essas populações, seja ou não no seu estado de origem.

Os dados do Censo de 2000 revelam que no Brasil cerca de 1.335 mil indivíduos tomaram a decisão de regressar aos seus estados de origens entre os anos de 1995 - 2000. Número expressivo, quando considerado que dentre as pessoas que fizeram algum deslocamento neste período, 21,60% são de pessoas retornadas. E destes, o fluxo mais intenso da migração de retorno está direcionado ao Nordeste, aproximadamente, 40% dentro do universo de remigrados. Destes, 45,5% vieram do estado de São Paulo. O estado de São Paulo tem vivido o aumento da migração de retorno para os demais estados, em

especial pra os do nordeste. Dados do IBGE demonstram que entre 1986 e 1991, 211.414 pessoas saíram do estado de São Paulo em direção ao nordeste e entre 1995 e 2000, esse número aumentou para 325.390. O que equivale a 116 pessoas por dia no primeiro período e 178 no segundo. Portanto ocorreu um aumento de 53,9% entre os dois períodos. No geral, os estudos acerca da migração de retorno caracterizam esse processo como uma volta às raízes. No entanto, os dados não são suficientes para saber se o retornando voltou exatamente às mesmas atividades econômicas. Dos retornados do estado de São Paulo para as demais unidades da federação, entre 1986 e 1991, 58% foram para a mesma região em que viviam antes, 40% para o mesmo estado e apenas 22% voltaram para o mesmo município. 51,42% dos municípios em todo o Brasil para os quais retornou essa população, no geral jovem e com 6 anos de escolaridade como média, são considerados pobres. Talvez possamos concluir com esses dados que boa parte dos migrantes de retorno retornam ao campo, dado o caráter dos municípios de onde saíram no passado, no entanto, faltam dados que caracterizem de fato as novas atividades assumidas por estes. (Siqueira et al., 2006)

É importante notar que migram, em geral, os jovens, (65% têm entre 18 e 35 anos) dada a falta de perspectiva nos grandes centros urbanos. 66% deles são solteiros e 70% não possui filhos. No entanto, segundo CUNHA (2000), os migrantes de retorno apresentaram um perfil mais adulto na migração que os não-naturais, isto é, que os migrantes que não são de retorno. Eles registram também menos escolaridade e o predomínio do seu fluxo foi sentido urbano-rural. As causas desse fenômeno para o autor se ligam ao fato de que na Região Metropolitana de São Paulo, o setor informal da economia passa por transformações, onde as perspectivas não são nada favoráveis. *“Antes das sucessivas crises econômicas era possível sustentar uma família ‘vendendo cocada na esquina’ e podia-se até ganhar mais que um salário mínimo nessa atividade e, hoje, nem essa alternativa existe mais na Região Metropolitana de São Paulo”* (CUNHA, 2000, p. 29), pois esse tipo de atividade informal se encontra também muito saturada e concorrida, gerando pouca renda.

O autor também atenta para o fato de que é forte a importância dos fatores ligados à educação dos filhos, saúde, meio ambiente, segurança, lazer e cultura na decisão do retornando em voltar ao seu estado.

As necessidades da dinâmica econômica explicavam muito do que ocorria na migração, mas o contexto recente é diferente e a explicação do fenômeno migratório, apesar de ainda passar por explicações econômicas, passa também por uma nova cultura migratória e com outros determinantes envolvidos e com significados diferentes.

O tempo também se transformou. O tempo se estreitou nos grandes centros urbanos. Não é mais um aliado do migrante, pois a crise fez diminuir a circulação monetária e os processos de espera por resultados positivos e de transformações na economia são mais longos e de custo muito alto para um migrante suportar sem emprego e sem renda. Como resultado, o migrante se vê obrigado a buscar refúgio nas origens, onde, provavelmente, pode encontrar ajuda de familiares e conhecidos, esperando lá até que uma nova oportunidade migratória possa aparecer. (Ibid., p. 29 e 30.)

Parte da explicação dessa migração de retorno, tão presente no estado de São Paulo, se deve também à crescente política de assistência social presente nos estados do nordeste e Minas Gerais, em especial a partir do governo Lula, representada em programas governamentais como Bolsa Escola, Bolsa Família, Cartão Alimentação etc. Com esses programas, muitas pessoas podem garantir uma renda mínima mensal, já que essas regiões são áreas prioritárias desse tipo de política nos últimos anos.

Na maioria dos casos, trata-se de fato de um retorno, mas há também aqueles que estão se deslocando para as áreas rurais pela primeira vez, em especial os filhos de migrantes. Isso reflete a falta de alternativas existente nos grandes centros urbanos.

Essa ida ao campo pode se dar de diversas maneiras. No geral se dá de forma autônoma, isto é, por iniciativa pessoal daquele que migra, só ou com sua família, mas no caso aqui estudado ela se dá pela ação de um movimento social, o MST.

Esse é o caso da constituição das Comunas da Terra. Foi percebendo o potencial que existia em se trabalhar com essa população dos grandes centros urbanos, experiência que já vinha ocorrendo desde os acampamentos Nova Canudos e Terra Sem Males, que o MST do estado de São Paulo cria a Comuna da Terra. No entendimento da direção do MST do estado, a população proveniente desses grandes centros urbanos não teria o interesse de se deslocar até o interior do estado para ser assentada numa região afastada dos equipamentos que a cidade oferece e da infra-estrutura desta (luz, água encanada, sistema de saneamento, ruas asfaltadas etc). A Comuna da Terra teria, para o MST, o papel de absorver uma população que, apesar de não encontrar um lugar na cidade, já não se sentiria atraída por uma vida no campo sem o mínimo de infra-estrutura, em especial, os jovens. Ela é criada, portanto, como clara alternativa ao público urbano.

Na opinião de Delwek Matheus,

com certeza eles [os acampados] não terão vontade de voltar numa distância de mil, 500 Km, por que eles já têm uma raiz familiar, social [na cidade]. Já investiram em alguma coisa, então por isso a necessidade da Comuna. Ela facilita a recampanização. Facilitaria o deslocamento dessa massa que se beneficiaria da Reforma Agrária. Para que eles vão pro campo, eles só irão numa condição de que haja o desenvolvimento social e econômico e cultural. As pessoas hoje trabalham com o sonho do desenvolvimento e do conforto. Do desenvolvimento social e econômico. Um assentamento, a Reforma Agrária, hoje, tem que beneficiar um assentamento com, além da renda, escola, saúde, transporte, luz, água tratada, saneamento, esporte cultura, lazer.
(depoimento Matheus)

Corroborando com essa afirmação, diversos estudos têm indicado que a precariedade na infra-estrutura, causa da dificuldade de acesso ao lazer, à educação, à assistência à saúde, bem como da dificuldade no escoamento da produção, tem sido uma das principais causas da evasão nos assentamentos, e em especial da população mais jovem. (MEDEIROS, 2003)

Embora isso possa indicar uma contradição com o retorno dos nordestinos para suas raízes, já que parte destes parece estar se dirigindo para áreas sem toda essa infraestrutura urbana, isso nos coloca uma situação em comum. A de que os grandes centros urbanos estão cada vez menos, sendo capazes de oferecer possibilidades mínimas de vida aos que nele vivem. As condições de vida das populações de baixa renda têm se deteriorado nesses locais.

Esse é o ponto de partida para compreendermos as Comunas da Terra. A maioria das pessoas que estão se dirigindo às Comunas possui uma média de 25 anos de vivência nos grandes centros urbanos. Porém, dizer que as famílias acampadas viveram muitos anos nos grandes centros urbanos, por si só, não basta para determinar uma mudança na estratégia da luta por reforma agrária. O que vem acontecendo é uma ampliação nessa estratégia por parte de setores do MST, ainda centrados no estado de São Paulo, que enxergam na aproximação dos grandes centros urbanos, a possibilidade de “massificação”, isto é, de aumentar o número de pessoas envolvidas na luta por terra, o que não exclui a luta realizada nos latifúndios do interior do estado. Por isso optamos por dizer que vem ocorrendo uma heterogeneização do sujeito da reforma agrária. Mas independentemente de quem ele seja, de perto ou de longe da cidade, a luta pela reforma agrária tem sido a luta pela reestruturação da família, pela (re)criação da cultura camponesa, pela negação ao processo de proletarização.

Podemos considerar que um novo sujeito vem se somando à luta por Reforma Agrária. Embora a grande maioria dos assentados já tenha tido alguma experiência de trabalho na agricultura, não apenas nas Comunas da Terra, mas nos demais assentamentos criados nos últimos anos, têm-se verificado a crescente presença de trabalhadores de origem urbana, principalmente nos

estados mais urbanizados. (MEDEIROS, 2003) Em parte, o que talvez explique esse fenômeno é que com a mecanização da agricultura e com a substituição de diversas culturas, em especial do café, por pastagens, a quantidade de trabalhadores necessários diminuiu drasticamente. Isso teria provocado a crise no sistema de colonato do Centro-Sul do país, ou do morador no Nordeste. Estes teriam tornado-se bóias-frias e passado a morar nas periferias das pequenas e médias cidades, indo trabalhar sazonalmente, por exemplo, no corte da cana ou na colheita da laranja. (FAUSTO, 1994) Assim, o trabalho de base do MST que arregimenta trabalhadores para os acampamentos passou a ser realizado nas periferias das cidades, pequenas e médias e, mais tarde, também nas grandes. Estamos presenciando a heterogeneização do sujeito da luta pela reforma agrária. Além do posseiro expulso, o bóia-fria, e, além deste, o desempregado urbano, filho de agricultores migrantes etc.

Por isso, é possível entender o projeto de recampesinização representado pelas Comunas da Terra, como componente de um processo histórico cada vez maior e não apenas enquanto retorno daqueles que alguma vez viveram no campo. Esse processo está em andamento. É o que mostram os números da migração de retorno no Brasil e é o que mostram os diferentes projetos de movimentos sociais. As Comunas são mais um caso que evidencia esse processo.

... chama a atenção a presença, que está longe de ser majoritária, mas é sensível em algumas áreas, como por exemplo, Rio de Janeiro e São Paulo, de trabalhadores sem experiência agrícola anterior. [...] Muitas vezes, nos argumentos que aparecem no debate sobre o perfil da reforma agrária, essa presença tem sido descartada e qualificada como indevida, em nome de uma suposta ausência de “vocaçãõ” agrícola. O importante é, antes de mais nada, indagar para que espécie de processo ela aponta e as novidades que ela vem trazendo. Nos últimos anos, o desemprego tem crescido no país, atingindo em especial os trabalhadores menos qualificados. Nas periferias urbanas e nas favelas têm aumentado a violência e a presença de

narcotraficantes. Num contexto de dilaceração do tecido social, a possibilidade de buscar um lote de terra tem se mostrado uma alternativa não só de moradia e obtenção de renda, mas também de manutenção ou mesmo recomposição de laços familiares e de sociabilidade, a busca de “um lugar tranquilo para criar os filhos” como afirmam diversos assentados. (MEDEIROS, 2003, p. 82 e 83)

Existe, portanto, nos grandes centros urbanos, uma imensa população, com ou sem vivência na agricultura, que é potencial público da reforma agrária, uma vez que não lhes seja ofertada outra alternativa. Nas Comunas da Terra, essa população sem experiência prévia com o trabalho agrícola é bastante expressiva e, no entanto, não significa a não existência de um vínculo com o campo, já que a maioria dos que compõem as Comunas é composta por filhos de migrantes que vieram ainda crianças dos mais diversos estados. Veremos em seguida, através dos depoimentos, como, no entanto, há ainda o vínculo com a terra proveniente das suas histórias familiares bem como há a criação de novos vínculos.

2.2.2 Recampenizando

A reforma agrária, em especial no estado de São Paulo, tem deixado cada vez mais de ser um projeto restrito ao camponês sem-terra e passado a ser a luta de outros segmentos sociais como o trabalhador proletário, rural e urbano, os subproletarizados, os desempregados e de todos os demais trabalhadores subempregados. Há muito que o sem-terra mobilizado na luta por reforma agrária não é mais o mesmo. Grande parte das famílias camponesas sem-terra no estado de São Paulo já passaram ou trabalharam temporariamente nos grandes centros urbanos. (FELICIANO, 2006) No entanto, o que tem se transformado, com relação ao passado, é o tempo de permanência nos grandes centros urbanos, que tem sido maior.

A diversidade de origem dos assentados sugere que a massa de clientes da reforma agrária é constituída pelos resíduos de várias categorias sociais que se desagregaram em conseqüência de transformações econômicas, sobretudo na agricultura, nos últimos 50 anos: colonos de café, pequenos arrendatários de formação de fazendas em várias regiões, como o Paraná, o Oeste de São Paulo e Goiás, moradores das fazendas de cana-de-açúcar do Nordeste, pequenos agricultores e proprietários no Sul do país, pequenos posseiros na Amazônia, não raro abandonados pela decadência da economia extrativista. Vários passaram por categorias de transição como “bóia-fria” em São Paulo e no Paraná, ou “clandestino”, em Pernambuco ou na Paraíba. São sobreviventes de um passado histórico que não conseguiram requalificação e reinserção em outras atividades econômicas após a extinção de suas ocupações originais ou após a precarização das velhas relações de trabalho. A isso se agrega o recrutamento de populações “lumpem” nas cidades, muitas das quais tiveram origem e experiências rurais, mas que se perderam nos espaços degradados das cidades e nas funções econômicas subalternas da urbanização patológica. (MARTINS, 2003, p. 34 e 35)

Das pessoas que compõem as Comunas da Terra, a grande maioria veio de outros estados ainda criança para São Paulo. Por isso é possível constatar que possuem um vínculo com a terra, mas não muita experiência em trabalhá-la. Nos depoimentos podemos notar que a escolha em acampar e ser assentado é vivenciada como um retorno às raízes. Não é apenas o trabalho agrícola que representa o passado dessas pessoas. É uma série de elementos, como por exemplo, o contato com a natureza, a obtenção da fartura vinda da terra, o trabalho realizado em família e a possibilidade de pertencer a uma comunidade, que constituem o conjunto de motivos que levam as pessoas a querer serem assentadas. Todos esses elementos podem ser vistos no depoimento que segue:

Ediana - *Nasci em Marchacaliz. Eu saí de lá praticamente criança, com 13 anos de idade, com a minha família. Aí, fui pra Belo Horizonte. Eu já tô com 37 anos hoje.*

Yamila - *Por que saiu de lá?*

Ediana - *É porque antigamente a saúde era muito difícil. As pessoas falavam que em cidade pequena não tinha cura, tinha que ir pra cidade grande. Em cidade grande a gente tinha mais capacidade de fazer tratamento, né? Aí o tempo passou, meu pai vendeu a fazenda. Não era bem uma fazenda, era um sítio. Aí nos fomos pra Belo Horizonte. Eu sempre gostava [de trabalhar na roça]. No horário de almoço do meu pai e minha mãe lá na lavoura, eu mais meu irmão a gente fazia o almoço e ia levar pra eles. Aí sentava junto, e depois eu pegava a enxada. Isso pra gente era uma maravilha. Fogão à lenha, banho era no rio. Muita fartura graças a Deus. Eu fico triste com a desfeita do meu pai, por causa da terrinha lá, de ter vendido. Mas graças a Deus eu tô muito feliz de estar aqui, porque como eu falei, é a continuidade da minha adolescência. É lavar roupa no rio, cozinhar no fogão de lenha. É essa união, porque aqui a gente conseguiu, eu consegui novamente uma nova família. Isso daqui pra mim é uma família. Minha família mora tudo longe, né? Porque a gente vai pra cidade e perde tudo isso, mas eu nunca perdi porque o sonho da minha mãe, ela falava assim, filhos, vocês não vão morrer na cidade. Um dia vocês vão conseguir alguma coisa pra vocês, algo que vocês gostam. (Depoimento de Ediana, Comuna da Terra Dom Pedro Casaldáliga)*

Há aqui um aparente paradoxo entre a heterogeneização do sujeito da reforma agrária e a simultânea convergência no que diz respeito ao projeto de vida deste. Marques (2000) traz importantes contribuições para a compreensão desse processo. Para a autora, os sem-terra constituem um segmento social que tem origem nas classes subalternas.

Estas são formadas sobretudo por trabalhadores pobres do campo e da cidade, categorias sociais que ocupam diferentes posições em relação ao processo de produção material. Porém, uma série de fatores contribui para o surgimento de identificações e alianças entre elas, tornando, muitas vezes, difícil a distinção nítida entre os representantes de uma e outra categoria social. (ibid., p.22)

Em parte, essas identificações podem ser explicadas pela origem rural em comum, mas também pela posição e condições em que se encontram na sociedade. As classes subalternas são marcadas pela instabilidade e precariedade dos vínculos com o trabalho, salvo os casos de maior qualificação profissional. Dada a precariedade do acesso aos serviços públicos e à própria instabilidade no trabalho, essas classes dependem de uma rede de relações desenvolvidas com base nas relações de parentesco, vizinhança e procedência. Relações estas fundamentais para essas classes marcadas pela importância do trabalho e da família como valores centrais para sua realização. (ibid., p. 23)

A condição de subalternidade deve ser entendida na perspectiva da dominação, seja econômica, social ou cultural. Diante dessas condições, o projeto de uma vida no campo é elaborado como possibilidade de superação da precariedade e incerteza, em especial com relação ao trabalho, o que permite a retomada de uma autoridade moral e, portanto da dignidade de trabalhador. Esse projeto é também a possibilidade de projeção de um futuro para a família e não apenas para o indivíduo. Por isso, independente do grau de vínculo e experiência com a terra, o projeto de vida no campo encontra eco em diferentes categorias constituintes das classes subalternas.

A luta pela reforma agrária não é mais apenas a luta pela permanência no campo, mas a luta pelo retorno ao campo, o que demonstra a capacidade histórica do campesinato de criar-se e recriar-se.

Estamos diante, portanto, de uma mudança no contexto histórico que coloca uma mudança na base social que compõe o MST, em especial na região sudeste do país, onde a modernização do campo jogou uma massa de

trabalhadores nos grandes centros urbanos, que se recusam a viver sem a possibilidade de uma vida digna. Se antes a identidade de sem-terra era assumida por aqueles que se recusavam a sair do campo como filhos de colonos que recusam a proletarização, parceiros e rendeiros, agregados e assalariados temporários, expropriados de barragens e um significativo contingente de lúmpen do campo (MARQUES, 2004, p. 23), hoje, soma-se a essa população, os que querem retornar ao campo, mesmo que não tenham larga experiência no trabalho agrícola.

A criação do MST é, portanto, resultado de conflitos desencadeados no campo numa fase caracterizada pelo forte crescimento econômico do país, associado ao avanço da industrialização e da oferta de trabalho urbano, com mudanças significativas na cidade. Porém, sua consolidação se dá num novo momento, quando o país reafirma sua opção por um modelo de agricultura extremamente excludente e as oportunidades de trabalho na cidade tornam-se mais restritas. Muda a base social que compõe o Movimento e sua forma de ação, com repercussões sobre sua identidade. O MST tem desenvolvido, cada vez mais, ações de formação e recrutamento também entre trabalhadores pobres residentes nas grandes cidades e se envolvido com lutas anti-sistêmicas em diversos níveis. (Idem, 2006, p. 4)

Dizer que as Comunas se voltam à população dos grandes centros urbanos não basta para dizer quem são esses sujeitos que vão de fato realizar esse projeto. Como já foi dito anteriormente, um dos elementos que mais chama a atenção nessa proposta é o fato de ela visar a inclusão de segmentos da população mais espoliada das cidades, o que significa que não engloba apenas camponeses expropriados da terra, mas também pessoas que não necessariamente têm uma história recente, diretamente ligada ao campo. Compõem esses assentamentos e acampamentos indivíduos com as seguintes

trajetórias, alguns deles tendo vivenciado mais de uma dessas situações: camponeses que tiveram que deixar o campo ainda jovens junto de seus pais, bóias-frias que foram às cidades em busca de melhores oportunidades, ex-presidiários, ex-prostitutas, ex-moradores de albergues, ex-trabalhadores em situação de rua, proletários desempregados e trabalhadores informais. Em suma, a população espoliada que, em grande parte dos casos, foi também o camponês expropriado. Isto porque essa população é, na maioria dos casos, o camponês que migrou para as cidades, mas que mantém o vínculo com o campo através de relações familiares e através de sua própria história. Muitos são filhos de camponeses, agora já nascidos nas grandes cidades. Isso explica em grande parte, a presença e permanência entre eles de princípios e valores que remetem a uma moral e uma lógica tradicionalmente camponesas. (Marques, 2002) São pessoas que viveram anos nas cidades, trabalharam em fábricas, supermercados, na construção civil, no trabalho doméstico. Participaram de outros movimentos sociais. Mas são pessoas que querem a terra para trabalhá-la, ainda que nunca tenham vivido essa experiência. Que querem um lugar no qual criar seus filhos e reconstituir sua família. As Comunas de fato nos colocam uma nova territorialidade. Algo que temos dificuldade de definir, de enquadrar numa categoria pré-estabelecida.

Para parte do MST, a reforma agrária deve estar voltada também para essa população que saiu do campo e que hoje se encontra nos grandes centros urbanos. É nesse contexto que o MST sistematiza a proposta de Comuna da Terra.

O público que deve ser beneficiado pela Reforma Agrária no Brasil, parte está no campo, mas parte dele está na cidade, são trabalhadores que saíram do campo num processo longo. Saíram da região nordeste, da Bahia, de Minas Gerais e vieram para o sul e sudeste na perspectiva de trabalhar a terra, de se tornar agricultores. Mas vão para as grandes cidades (depoimento Matheus)

Nessa fala, assim como nas entrevistas de João Pedro Stédile ou no site do MST, podemos notar que o MST entende que há uma massa de pessoas em busca de sua realização econômica e social nas cidades que são parte do público para o qual a reforma agrária deve se voltar.

Como vimos no início desta dissertação, os processos de urbanização e empobrecimento das grandes cidades têm criado um contingente populacional que não é sequer um exército industrial de reserva²⁵, pois estará sempre à margem do trabalho formal. “...as periferias das grandes cidades acumularam tal volume de população excedente, que ultrapassava os limites do chamado exército industrial de reserva da economia em expansão.” (MATOS, 2006, p. 64) É de fato um número considerável de pessoas, em sua maioria migrantes, que se desloca à procura de melhores condições de vida e que não possuem o menor vislumbre de poder alcançar seu objetivo.

Essa discussão acerca do público que demanda a reforma agrária e da estratégia na luta por esta, nos remete à questão da recampesinização. A Comuna da Terra, por um lado, é um projeto que se propõe a criar um campo diferente, com elementos do urbano, por outro, aposta diretamente na possibilidade da recampesinização ou mesmo da campesinização, entendida como retorno ao campo e possibilidade de adaptação à vida no campo e de realização de atividades agrícolas. Enfim, como exposto por Matheus, na possibilidade de “*organização de comunidades de economia camponesas*”. (2004, p. 54). Contudo, entendo a possibilidade de recampesinização presente nas Comunas da Terra como recriação, revalorização e reavivamento de valores de uma moral camponesa. Nesse sentido, o entendimento aqui proposto acerca desse processo vai além do entendimento do próprio MST.

Trata-se de uma possibilidade do retorno ao campo que se dá graças à permanência de elementos do modo de vida camponês nessa população espoliada dos grandes centros urbanos, mas também na possibilidade de recriação desses elementos, ainda que com diferenças. Essa população manteve

²⁵ Exército Industrial de Reserva é a massa de desempregados, não apenas do setor industrial hoje em dia, que estabilizam o valor do salário, impedindo que este suba muito. (SINGER, 1998)

elementos do modo de vida camponês, mesmo nos grandes centros urbanos, justamente como um fator de sociabilidade. A persistência e o reavivamento de práticas culturais rurais e camponesas em nichos de imigrantes nas grandes cidades fala-nos de uma resistência ao desenraizamento. (MARTINS, 2003) Mesmo na cidade, muitos mantiveram uma pequena horta onde fosse possível, estabeleceram redes de solidariedade na vizinhança, tentaram reproduzir a família unida, trazendo, quando se dava a oportunidade, membros de longe para viverem juntos. Isso indica que práticas ou valores da vida camponesa são recriados nas periferias dos grandes centros urbanos.

Entende-se modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes, a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, construído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade. (MARQUES, 2004, p. 146)

Para Bourdieu, “*agentes criados dentro de uma tradição cultural totalmente diferente só conseguem se adaptar à economia monetária às custas de uma reinvenção criadora*”, que não é uma acomodação forçada, mecânica ou mesmo passiva. (BOURDIEU, 1979 p.14) Um novo sistema de disposições não é elaborado no vazio. Ele se constitui a partir das disposições costumeiras que sobrevivem ao desaparecimento ou à desagregação de suas bases econômicas e que não podem ser adaptadas às exigências da nova situação objetiva, senão ao preço de uma transformação criadora. (Bourdieu, 1979) Ou seja, o novo sistema se elabora não apagando tudo do anterior, mas através de uma transformação criadora. O camponês que vai para a cidade grande recria formas de sociabilidade e práticas culturais que lhe são próprias.

Bourdieu trabalha em especial com a organização econômica capitalista impondo um sistema que exige do indivíduo, um certo tipo de práticas e

disposições econômicas. Aqui, o processo que está em jogo é a reinvenção criadora do campesinato. Seja na vida na cidade, seja na ida ao campo, essas pessoas não perdem as disposições culturais de um ou outro lugar. Um camponês, ao ir para a cidade, não abandona toda sua tradição cultural, mas do mesmo modo, quando retorna ao campo, não volta a ser exatamente o que era, como se tivesse passado incólume pela cidade grande. A cultura urbana e a cultura camponesa se recriam, se transformam, se adaptam. E isso não ocorre necessariamente sem dificuldades. Pode existir uma contradição entre *habitus*, entendido como a forma que determinado grupo social desenvolve práticas a partir da interiorização de estruturas objetivas²⁶, e elementos da organização do trabalho, como no caso da “imposição” do cooperativismo, ou a imposição do tempo controlado numa fábrica.

Eu trabalhei também no Grupo Pão de Açúcar, assim que saiu lá, que compraram o super bom. Mas o salário era muito baixo e eles exploram a gente. Naquele tempo, era assim. Por mais que você dissesse, olha não posso ficar até meia noite, chegava dia de movimento, eles não fechavam seu caixa por nada. Pra voltar pra casa? Chegava nos pontos de ônibus, nem ônibus tinha mais. Cê sabe como é isso. A gente sofria muito. Salário. Todo lado que você olha tem um chefe. Um encarregado, sabe, você se sentia assim, trabalhando sobre pressão o tempo todo. Isso tira a liberdade da gente, não dá prazer. Eu não sentia prazer. Por mais que entre a gente tinha uma amizade legal. Foi um sofrimento, mas fez que eu aprendesse um pouco mais. Foram quinze anos no Grupo Pão de Açúcar. No Mapin, Mesbla, Casas Bahia. Tudo salário vagabundo de caixa. Trabalhando muito, muito. Não tendo tempo pra mim, pra família. Não tem hora pra entrar, não tem

²⁶ Para aprofundar conceito de *habitus* ver Bourdieu, Pierre (1983) “... um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas ...” (Bourdieu, 1983, p. 65)

hora pra sair. (Depoimento de Maria Alves, Acampamento Irmã Alberta)

Notamos com esse depoimento como há a busca pela liberdade de poder controlar o próprio tempo e pela possibilidade de viver num local em que a família possa se realizar, em especial com relação ao futuro dos filhos. A falta de tempo para estar com os filhos, os baixos salários e a exploração no trabalho, o controle do tempo, o medo da violência, todos eles são motivos que levam as pessoas aos acampamentos em busca de realizar a vida de um outro modo. Modo este que, em grande parte, diz respeito ao ideal camponês.

No entanto, há também a coexistência de disposições e ideologias de racionalidades e modos de vida diferentes. No caso das Comunas da Terra, se por um lado podemos dizer que as famílias são urbanas, pois vieram de grandes centros urbanos nos quais viveram muitos anos e, portanto, desenvolveram práticas e disposições urbanas, por outro lado, mantiveram ou recriaram práticas e disposições camponesas, seja na sua permanência nas cidades seja no seu retorno ao campo.

Um exemplo disso é a disposição dos banheiros na construção de um acampamento. No geral, como não existe nenhuma infra-estrutura nos locais dos acampamentos, as famílias fazem fossas negras em locais ligeiramente afastados dos barracos de lona para evitar o mau cheiro e a presença de moscas. Temos observado, nas Comunas da Terra, que a primeira opção durante o período de acampamento, é a construção do banheiro com a fossa negra e um local para tomar o banho junto ao barraco de lona. Claro indício de um costume proveniente de uma arquitetura urbana. Com o tempo, as famílias optam em separar o local do banho da fossa e a afastam dos barracos, assim como nas zonas rurais em que ainda não há uma estrutura de saneamento básico que permita a construção do banheiro dentro das casas.

Por outro lado, são muitas as pesquisas que apontam para o fato de que práticas camponesas se reproduzem nas periferias dos grandes centros urbanos. A existência da agricultura urbana é um exemplo de como é possível que sujeitos

que vivem numa realidade de caráter urbano e industrial possam manter práticas rurais. Quando nos afastamos alguns quilômetros das zonas centrais de São Paulo, não é raro vermos cavalos, hortas, lojas de ração de animais de criação, galinhas etc. Mais comum ainda é ver isso na periferia de cidades como Campinas, Sorocaba ou Ribeirão Preto. Daí a imensa dificuldade nas tentativas de definir os limites do que seja urbano e do que seja rural num município. Não se trata de dizer que a população da periferia dos grandes centros urbanos é ainda camponesa, mas de perceber que as práticas culturais não são simplesmente apagadas quando o contexto sócio-econômico é transformado. No entanto, identificar essa dualidade contraditória não é suficiente, pois, diante da diferença, precisamos identificar quais são as determinações que prevalecem na constituição da identidade desse sujeito nesse novo contexto. Essa é uma questão complexa demais para a envergadura deste trabalho, mas não podíamos deixar de identificá-la.

O camponês migrante experimenta a condição de proletário na cidade grande e com isso tem a sua visão de mundo modificada. Ele vivencia a sujeição a um patrão, a insegurança da instabilidade no emprego, o isolamento pela perda da proximidade da família. Toda essa vivência se contrapõe ao modo de vida camponês, marcado pelos laços de solidariedade, pelo vínculo à terra como morada e trabalho indissociáveis e pela autonomia do trabalho. Vivencia o contato com novas realidades, de violência e injustiça, mas também de formas de luta e organização como sindicatos ou movimentos sociais. Assim, encontram a valorização do modo de vida camponês e a descoberta de novas formas de fazer política. (Marques, 2004)

Além disso, para esses trabalhadores, o trauma vivenciado na cidade (moradia insalubre, violência, dificuldades de toda ordem no trabalho, separação da família, desemprego, transporte, fome, trabalho em fábricas, controle do trabalho e do tempo etc) explica a recusa e a resistência a essa proletarização, fazendo emergir o desejo de mudança. (Simonetti, 1999, p.118)

Quando esse desejo de mudança é objeto de luta de um movimento social, essa recriação se torna um projeto político, por meio do embate na luta de classes. No caso das Comunas da Terra, além de haver uma reinvenção criadora do campesinato, há também a resistência e o embate político que fazem esses sujeitos se afirmarem enquanto camponeses. Existem simultaneamente o plano político e o plano subjetivo. Ou seja, não é porque a recampesinização seja um projeto político do MST, que as pessoas não tenham que vivenciar nos seus cotidianos, as transformações, adaptações e permanências de disposições culturais. Aliás, é justamente quando o projeto político faz tábua rasa dessas disposições culturais que ele corre o risco de, num primeiro momento, ser autoritário e em seguida, fracassar. Veremos isso com profundidade ao tratarmos da cooperação e da coletivização na produção dos assentamentos.

Vejamos então em alguns relatos, como existe uma diversidade de trajetórias e como estas irão definir os sujeitos das Comunas da Terra:

Fiquei nove anos trabalhando com carga, depois fui pra Plástica Ramos. Mais nove anos como encarregado. Depois fui pra João Tapete, trabalhar como tapeceiro. Depois entrei na Palomar. Uma época fui pra Sorocaba, trabalhar numa fazenda. Fiquei 4 anos lá. Fui também até Manaus e trabalhei lá um ano e seis meses. Quando voltei, comprei casa em São Paulo, lá no Damaceno. Trabalhei em restaurante. Fiquei trabalhando também em empresa de ônibus aí quando saí dali vim pro Movimento. (Depoimento de Fidelcino, Comuna da Terra D. Pedro Casaldáliga)

Também no depoimento seguinte há uma grande variedade de atividades realizadas:

Nasci em São Paulo e sempre trabalhei com trabalhos urbanos. Não conheço outras regiões. Trabalhei como costureira, como educadora popular. Desde a década de 80, desde o Paulo Freire.

Trabalhei ensinando costureira, tempos e métodos de produção. Meus trabalhos só foram urbanos até que eu entrei no MST. Há nove anos eu conheço o Movimento. Fazia arrecadação de alimentos. Trabalhei na pastoral operária. A Igreja me proporcionou todo esse conhecimento do lado social. Trabalhando na pastoral eu conheci muita gente que trabalhava no MST. A gente fazia trabalho e levava as pessoas pra terra. Arrecadava mantimento. Isso porque ainda não tinha a [Regional] Grande São Paulo. O que eu conheci primeiro foi o [acampamento] Irmã Alberta. Eu nem conheci o [Assentamento] Dom Tomás. Aí quando eu vim, o MTST convidou a gente pra uma ocupação, eu e meu marido. [...] O Jorge nasceu no Rio Grande do Norte. Ele é todo urbano. O pai dele era caminhoneiro. Eles eram tudo urbanos, viviam no Amazonas, trabalhavam com os ribeirinhos. Ele pegava barcaça no Amazonas. Eu não sei direito o que era porque é tão fora da minha realidade. Aí ele fez engenharia eletrônica aí ele veio pra São Paulo com emprego e tudo. Ele trabalhou no Amazonas com engenharia eletrônica e depois veio pra cá. Ele conseguiu transferir pra USP, mas não conseguiu pagar o transporte e associar com o trabalho. Aí na época do Collor acabou o emprego. Aí ele saiu da Xerox.”
(Depoimento de Rosângela, Acampamento Irmã Alberta)

Nota-se que existe uma certa preocupação em dizer “o quanto eram urbanos” antes de vir para o MST. Embora de fato tenham vivido e trabalhado na cidade, essa preocupação se deve ao fato de que há, por parte de uma parcela da direção do MST do estado de São Paulo, um esforço em se afirmar que as famílias das Comunas são basicamente urbanas. Isso ocorreria para se afirmar o projeto das Comunas enquanto “solução para as pessoas da cidade”. Compreendendo essa visão da direção, algumas famílias buscam reproduzir o mesmo discurso. No entanto, ainda assim o depoimento a cima é rico, pois, demonstra a diversificada trajetória vivida em São Paulo por esse casal.

No depoimento que segue, temos o caso de Sheila, uma mulher que nasceu e se criou em São Paulo. Ela, assim como muitas das mulheres mais jovens das áreas estudadas, nunca teve experiência com o trabalho agrícola.

Eu vim de Perus. Nem sonhava com roça. Nasci em São Paulo. Minha mãe era faxineira. Meu padrasto trabalha de pedreiro. Eu já conhecia o Flávio e ele chamava pra eu vir. Aí quando eu soube que não tinha água, nem luz nem nada eu não quis não. Ir pra um lugar e ficar sem luz, sem ver uma televisão ou ouvir um rádio? (Depoimento Sheila, Comuna da Terra D. Pedro Casaldáliga)

Importante destacar nesse depoimento a primeira resistência em ir para o acampamento pela falta de infra-estrutura e também as profissões dos parentes, faxineira e pedreiro, marcadas pela precariedade e pela baixa remuneração. Outro depoimento é de Paulo, que possui uma trajetória bastante conhecida entre os sem-terra. Vindo do Ceará em busca de melhores oportunidades passa por diversos trabalhos, inclusive numa indústria metalúrgica e, ao se ver desempregado, vai para um acampamento do MST.

Aí fomos crescendo e depois deu necessidade de cuidar da própria vida. Aí as demandas de trabalho nas capitais, fomos pra Fortaleza. Aí em Fortaleza sempre tinha alguém dizendo que São Paulo era melhor. Eu trabalhei em peixaria. Eu recolhia e trazia para a indústria. Só que eu só pegava e saía distribuindo nos restaurantes. Morava no bairro presidente Kennedy. Era uma vila de alvenaria. Minha irmã morava lá e eu morava com ela. Era alugada a casa. Não tínhamos horta nada. Quinze anos. Aí voltei pra casa porque não gostava do que fazia. Meu irmão já morava em São Paulo e disse que conseguiria trabalho pra mim em São Paulo. Mas eu vim, não pra trabalhar, porque ele achava que eu vivia bem lá, pra cima e pra baixo. Lá em São Paulo é só trabalho, se você não gostar você volta. Vem só pra passear. Aí

eu vim com ele e vim pra passear. Isso em 1989. Aí fiquei até hoje, nem passear em casa eu fui. Nunca mais. Meu pai veio me ver. Foi isso que me tirou de lá. As andanças de um jovem procurando onde pagava mais. Eu tinha estudado dois anos do segundo grau. Aí em São Paulo meu irmão conseguiu pra mim um trabalho numa metalúrgica. Fiquei com a vida de empregado. Depois ficava um ano trabalhando, alguns meses desempregado. Sujando a carteira, como eles falam se você muda muito de emprego. Eles não contam o que fez você mudar de emprego. Aí operário em São Paulo como sempre mudando de emprego. Nunca durei muito, mais que dois anos e meio. Porque eu nunca fui muito bom de ser obediente. As chefias faziam muitos comentários, aquelas alianças de amigos, e eu nunca fui muito simpático. Só porque é o chefe tem que ficar sorrindo? Se não tiver motivo eu não vou sorrir. [...] Pra mim vir pro MST tinha dois amigos meus que, como a secretaria regional fica no Brás e eu morava no Brás na época, eles faziam trabalho de base daí a gente tinha na distribuidora de alimentos que eu trabalhava no Brás, de vez em quando sobrava alimento, coisa que não servia para o comercio aí o gerente falava pra gente entregar na fraternidade que era ligada ao MST. Aí via eles falando que era prá voltar pro campo que era conquistar a terra. Eu já sabia que o MST existia, mas nunca tinha estado perto. Aí eu vim entregar mercadoria e disse ah, qualquer dia que eu ficar desempregado eu vou pro acampamento com vocês aí demorou uns quatro meses só e resolvi vir acampar. Já faz três anos de acampamento e de caminhada. (Depoimento de Paulo, Acampamento Irmã Alberta.)

Interessante notar esse comentário, bastante presente em outras entrevistas, de que ele iria para o MST ao ficar desempregado. O fato disso ser comum em outras entrevistas chama a atenção. Talvez o que explique isso seja o fato de a existência do MST e a ampla divulgação de sua forma de luta e suas conquistas fazerem com que o engajamento na luta pela terra surja como uma

alternativa possível. Contudo, apesar do desejo de retomar a vida do campo, para alguns, essa alternativa só é acionada quando o projeto de vida na cidade se torna inviável, em especial com relação às perspectivas futuras.

Além disso, é importante notar a variedade de trabalhos realizados, o que demonstra que a busca por poder se sustentar na cidade é constante. Também nota-se o estranhamento na relação com o patrão. Já na citação que segue, chama muito a atenção o sentimento de inconformidade e humilhação com o destino da família que trabalhava no campo e não pôde ter uma vida digna. Não há um descontentamento com o trabalho na terra, muito pelo contrário. Ele remete à liberdade como se vê, mas há a consciência da trajetória injusta que envolve muitos que viveram na terra e há o desejo de superar essa trajetória:

Era ligada à terra, porque já fui da terra. Colhi muito com meu pai. Depois de casada, eu sempre tinha uma horta. Assim, a terra, é uma coisa assim de liberdade, você vê o fruto, colhe o fruto da terra. Mexer na terra. Parece uma magia da terra que me faz bem. Tem uma coisa assim, Yamila, meus pais, meus avós, sofreram muito porque eles trabalharam muito na terra e morreram pobres. Eles não tinham, não conseguiram acumular nada trabalhando nas terras dos outros pra chegar na velhice e poder ficar em paz. Muito sofrimento nas terras dos outros. Então dá uma revolta muito grande porque, por que que é assim? Por que que quem trabalha na terra não tem direito à terra, à uma vida boa? Digna? Então a humilhação deles, de meus pais, meus avós, faz com que hoje eu faça a luta. Mas não só deles. Tem todo um povo brasileiro que tá aí pagando a conta desse país.
(depoimento de Maria Alves, Acampamento Irmã Alberta.)

Como podemos ver nesses depoimentos, a trajetória de vida dessas pessoas é bastante variada. Há os que nunca trabalharam na terra, os que já trabalharam e tiveram que migrar e os que migraram de outras regiões, mas que tampouco tinham muita experiência de vida na terra. Todos, no entanto, tinham São Paulo ou algum município bem próximo como último local de moradia e

trabalho. Há em comum na fala de todos, as experiências de uma vida difícil seja no campo, seja na cidade.

Num outro trecho do depoimento podemos ver a dificuldade na adaptação da vida em São Paulo pela dificuldade em se chegar num lugar em que “não se tem ninguém.”

Quando cheguei na periferia de São Paulo, fiquei uns quinze dias aí em Pouvilho, depois fui lá pra São Paulo. Sabe o que é chegar e não ter parente, não ter ninguém, só estranhos e você precisa trabalhar e até de doméstica eles pedem referência né? Porque você tira uma carteira e não tem referência, nada né? Aí eu batalhei, até de doméstica eu topava trabalhar porque a situação, né? Tinha que pagar aluguel e essas coisas. Mas aí de repente, sem saber eu bati na porta do Palmeiras. Sem saber que era clube e nada. Perguntei se tinha uma vaga. Precisa-se de zeladora. Eu trabalhei seis meses de zeladora. Quando eles descobriram que eu era um pouco mais, que eu estudei. Eu tinha sido professora lá no sítio no Paraná porque não tinha ninguém que desse aula. Se não tem ninguém, alguém que sabe mais vai ter que alfabetizar aquelas crianças. Trabalhava na roças e dava aula.

Quando no Palmeiras eles descobriram que era um desperdício uma pessoa com vinte e um anos de idade e uma capacidade e tal, de desenvolver outro trabalho, falaram, olha Maria, a gente tá te convidando a assumir um outro trabalho aqui. Vamos fazer uma experiência contigo. Vamos fazer um teste. O teste era se eu tinha prática em datilografia. Aí fui trabalhar de auxiliar de escritório. Depois saí de lá porque era clube e nem se fala. Era sábado e domingo e mãe, dona de casa não dava. Aí eu saí. Deixei muitos amigos. Eu ia fazer um bico, fazer um serviço e ia matar a saudades. (Depoimento Maria Alves, Acampamento Irmã Alberta)

O fato de ela ter que trabalhar todos os dias da semana e não poder ficar com os filhos e tampouco cuidar da casa é marcante. A perda da autonomia diz respeito também à perda do controle do próprio tempo. Tempo para o trabalho, mas tempo para a família, para os filhos, para o lazer, para a casa, para o descanso.

Não são poucos os relatos nas entrevistas que citam a preocupação com a violência, seja como algo que pode ser vivenciado por si mesmo, ou como algo que não se deseja aos filhos. Essa preocupação aparece sempre como um dos motivos que os levaram a acampar. “Entrar” na luta surge como alternativa de moradia, trabalho e reprodução social. Nessa possibilidade de reprodução social está contida a necessidade de proteger a família da violência, em especial os filhos. O depoimento que segue ilustra bem essa realidade:

Aí me dava muita dó, muito tiroteio, violência. Às vezes a gente tava rezando numa casa e tinha que abaixar por causa de um tiroteio, esperar acabar e ir embora com medo. Na minha juventude eu não podia andar na rua, me dava tanto medo. Tinha muito nóia, a questão da droga, já na minha adolescência era muito forte. Ah, e essa coisa de as pessoas morrerem muito cedo. Principalmente os homens. Itaquera é onde eu vivi a maior parte, e é um lugar muito violento. Morre com muita facilidade. Então eu comecei a trabalhar a questão da qualidade de vida. Eu pensei, tem que haver uma saída. Eu vim pro MST porque eu acho que o urbano é muito complexo. Aqui eu acho que a gente tem controle. Aqui a gente trabalha com toda a família. Na igreja, a gente consegue trabalhar com a mãe, com o pai ou com o filho. Nós não conseguíamos aglutinar todo mundo [...] Qual é o trabalho que tá formando os nossos jovens? É o da droga. Tá se constituindo uma cultura que nós não vamos ter domínio nunca.
(Depoimento de Rosângela, Acampamento Irmã Alberta.)

Essa questão de achar “que o urbano é muito complexo” é extremamente relevante pois demonstra como na vida de um acampamento é possível “trabalhar

com toda a família”. No campo, seja num acampamento ou num assentamento, a unidade de trabalho é familiar. Tanto que se contam seus componentes em número de famílias e não em número de pessoas. Costuma-se dizer, “neste acampamento temos tantas famílias” e não tantas pessoas. Já na cidade, não. Como aponta Kowarick (1993), a tentativa dos migrantes de manter a família como unidade de produção numa situação urbana é muito difícil, em especial quando estes não possuem capital inicial necessário à formação de um negócio autônomo. Quando o migrante se assalaria, ele sofre uma fragmentação em si, pois passa a executar tarefas parciais, combinadas em razão das exigências do processo produtivo como um todo. “*A mão de obra, ao se tornar mercadoria, perde suas virtualidades de trabalhador integral.*” (KOWARICK, 1993, p. 109) Mas não apenas o trabalhador vivencia essa fragmentação. Também a família, enquanto unidade de produção fragmenta-se na cidade. Esse processo pode ser driblado com as ocupações autônomas, em especial no setor terciário da economia, mas permanece a precarização do trabalho, em especial pela baixa remuneração. Porém, ao ser assentada, a família pode superar esse processo de fragmentação, que é vivenciada como perda de controle sobre os filhos, por isso o medo de que os jovens se envolvam com drogas ou criminalidade.

Assim, da preocupação com a violência, passa-se rapidamente à preocupação com o futuro dos jovens. A falta de perspectivas de uma vida de integridade, tanto física, como social e econômica, parece influenciar muitos dos que decidem pela vida num assentamento. No trecho do depoimento que segue, Sheila, aquela mesma mulher que nem pensava em ir para um lugar sem luz, sem poder ouvir um rádio, agora já não consegue ficar longe do acampamento e vê essa opção, como o melhor para seus filhos:

Agora eu acostumei. Aqui é melhor que lá, né? É mais tranquilo. Lá eu tinha medo. Sempre tem tiroteio, tem essa coisa de PCC. Dá mó medo de ficar por lá. Toda vez que eu vou, pra resolver coisas, eu quero voltar correndo. E aqui a escola é melhor também. Lá não é bom. Tem muito marginal, aí quando a criança cresce, fica mais

jovem, vai pro lugar errado. Aqui ele vai ter mais futuro.
(Depoimento de Sheila, Comuna da Terra D. Pedro Casaldáliga)

E ainda:

Os quinze anos que eu vivi em São Paulo eu criei raízes aqui, mesmo com a vida que a gente levava. Eu tive os filhos que quando tempo começa a passar a gente começa a pensar nos filhos. Mas aí passa dos trinta e a gente começa a se preocupar com as crianças. Eles estão vivendo com as mães e o que este mundo está oferecendo pro jovens, né? O que ofereceram para mim eu não tive muito para lidar e o que vai oferecer para eles não é nem o que eu tive. O que se oferece pros jovens, só grade pra eles ficarem atrás. O jovem vai pegar uma bolsa de uma senhora e sofre uma pena, por esse desvio. Aí ele não se recupera e sai e vai pegar um carro. Aí pensei um pouco isso. Se meus filhos não vão ter nem o trabalho que eu tive, eu tenho que pensar alguma coisa. Ninguém merece não ter opções na vida. [...] Creio eu que quero que eles venham sim, morar aqui pra eles virem aprendendo e vivendo os novos valores. Mudanças de hábito, de comportamento. A palavra humanismo vem sendo muito falada, mas a gente não vê isso. Eu quero que meus filhos e as pessoas vivam esse humanismo tão pregado. Porque a gente vê que as competições até dentro de casa existem. Se a gente observa de uns vinte anos pra cá, a gente observa as mudanças de comportamento até dentro de casa. [...] Que os filhos tenham acesso à educação que vá servir pra ele e não para os outros que vão ganhar com o trabalho deles. A Comuna da Terra tem que ser justa para os humanos. [...] Acho que a menina, quando fizer quinze anos, ela e o irmão já podem viver aqui só com uma observação à distância. Eu acho que vou fazer isso. Creio que não vou ficar estacionado. Quero observar eles de longe. Oriento e saio de perto. Quero conquistar esse lugar pra eles ficarem. (Depoimento de Paulo, Acampamento Irmã Alberta)

Percebe-se não apenas a preocupação com o futuro dos filhos do ponto de vista econômico. No seu depoimento, Paulo tem consciência de que seus filhos não terão sequer as chances que ele teve: “*o que vai oferecer para eles não é nem o que eu tive*”. Existe, portanto, nos vários depoimentos, a consciência da deterioração da vida nas grandes cidades. Nessas falas, há também uma preocupação que diz respeito ao desenvolvimento humano desses jovens. “*Viver esse humanismo*” ou “*trabalhar a qualidade de vida*”, são expressões que dizem muito sobre o que parece ser sempre um anseio dessas famílias. Há ainda a idéia da terra enquanto espaço de reprodução da família. Por isso o desejo de conquistar a terra para os filhos e de trazê-los para a terra. Isso é muito importante, pois faz parte do que se pode chamar de ideal camponês. Esse ideal envolve o desejo e a necessidade de realizar a família, isto é, de garantir a reprodução social baseada no núcleo familiar, através do trabalho da terra. No conjunto de valores que caracterizam o ideal camponês, terra, trabalho e família não se separam. Outro valor muito importante que define a campesinidade é a liberdade, entendida como autonomia nesse trabalho, como possibilidade de definir, como, quando e onde realizar o trabalho com e para a família. Todos esses elementos estão sempre presentes nos depoimentos.

O campesinato se caracteriza pelo valor que dá, entre outras coisas, ao controle do próprio tempo. O desejo do controle do próprio tempo é algo vivenciado também pelo proletariado urbano, cuja experiência de vida é justamente a do trabalho regado e controlado. Por isso, em muitos dos relatos, aparece de forma extremamente forte, a vivência, que poderíamos chegar a chamar de traumática, de ter o seu tempo controlado, normatizado:

A gente morre aos poucos nas grandes empresas dentro daquelas fábricas. A gente morre lentamente. Eu me sentia sufocado esperando os sinais daquelas sirenes, avisando o almoço, a hora do jantar a hora de entrar, a hora de ir embora e a gente fica só esperando tempo passar e alguém controlando. Além das sirenes, pessoas controlam umas às outras. Eu morri

lentamente os anos que trabalhei em São Paulo. [...] Aqui a gente não se sente preso. Aqui a gente tá muito disposto a trabalhar. [...] Em São Paulo eu acordava com despertador aqui se eu tiver que dormir quarenta minutos, com quarenta eu acordo, duas horas eu acordo. Na tranquilidade eu acordo naturalmente, sem aquele choque, O cansaço é outro. Programa-se dentro da gente, na hora que eu tiver que acordar, eu acordo. Em São Paulo agente vivia meio que tomando choque sempre. No campo a gente se recupera, começamos a controlar a nós mesmos. (Depoimento de Paulo, Acampamento Irmã Alberta)

E ainda:

Descobrimos que a agricultura é muito mais que isso. Eu quero tempo pra terra. Eu quero esse contato. Aqui tirou todo meu problema de estresse. Chego lá na [horta] mandala e trabalho o dia inteiro e acabou. A Mandala é a minha cura. (Depoimento de Rosangela, Acampamento Irmã Alberta)

Em ambas falas, é muito presente a diferença entre o trabalhar na fábrica, na empresa e o trabalhar no acampamento, na horta. Não se trata de trabalhar menos, muito pelo contrário. Mas das condições em que se trabalha. Expressões como “a gente morria aos poucos na fábrica”, ou “a gente vivia meio que tomando choque” são muito expressivas. Demonstam a dificuldade em se ter o tempo normatizado, controlado. O depoimento abaixo segue a mesma linha, e demonstra o descontentamento em se ter que trabalhar todos os dias da semana e ter patrão:

Ediana - *Em Belo Horizonte eu trabalhei num restaurante, em casa de família, de doméstica, trabalhei de cozinheira, até que uma ex-patroa minha me ajudou a abrir o restaurante.*

Yamila - *Como foi a experiência de trabalhar em Belo Horizonte?*

Ah, foi uma loucura, uma loucura. Principalmente se o sonho da gente é a gente trabalhar pensando em dinheiro. Mas é uma loucura trabalhar com patrão. Eu acho que ninguém tinha que ter patrão. Cada um tinha que ser dono do seu nariz. Tinha que trabalhar pra você mesmo.

Yamila - *Por que?*

Ediana - *É muita exploração. Você não tem horário. É de segunda a segunda, principalmente restaurante. Se você folga, é em dia de semana. Então você não tem tempo pra nada. Parei de estudar muito cedo também. Porque eu perdi meu pai cedo. Tive que ajudar minha mãe a cuidar da casa. Fui pra luta mesmo. Graças a Deus hoje eu estou aqui, estou muito feliz.* (Depoimento de Ediana, Comuna da Terra D. Pedro Casaldáliga)

2.2.2 Na recampesinização a afirmação de uma classe social.

As relações sociais de um assentamento não são dominadas pela lógica do capital. Por isso o território de um assentamento se constitui como um território camponês. Território de uma classe social camponesa que vivencia no dia-a-dia, o embate com as demais classes. Embate esse que se dá na luta contra o latifúndio, contra o atravessador de suas mercadorias, contra a agro-indústria que o subordina, contra a especulação imobiliária etc. É nesse processo que as famílias assentadas vão se (re)constituindo como um sujeito social específico pertencente às classes subalternas. É o fazer-se num processo. Como afirma Thompson (1997):

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada)

nas relações humanas. [...] A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. (THOMPSON 1997, p. 9 e 10)

Shanin, em “A classe incômoda” (1983), coloca que para Marx, classe social é uma unidade de interesse que se reflete em subculturas, consciência e ação de grupos configurados pelas relações de conflito com outras classes. Com isso, se adotarmos essa concepção de classe que se baseia nas relações com os meios de produção, ou nas situações de poder, ou então na capacidade de organizar a produção, a definição do campesinato acabaria sendo como algo meio amorfo. Isto é, ele não se encaixaria em nenhuma das categorias do modo de produção capitalista (proletariado, capitalistas ou proprietários de terra).

Justamente nesse sentido, Shanin coloca que se uma parcela tão grande da população continua existindo à margem do conceito, tal definição parece então estar sendo usada de modo “tristemente” inadequado. Ao longo da história o campesinato tem atuado politicamente como classe social. Ele possui interesse comum compartilhado que o faz sustentar conflitos políticos com grandes proprietários de terra capitalistas, com grupos urbanos e mesmo (ou principalmente) com o Estado.

Shanin reforça afirmando que a imagem amplamente divulgada, até os dias de hoje, inclusive como pudemos notar, da divisão do campo em duas metades polarizadas economicamente, resultou numa simplificação exagerada. A relevância de sua cultura, sua consciência e coesão representam uma base potencial de configuração enquanto classe muito mais poderosa do que “/os

marxistas rusos o los estrategas americanos nos habian llevado a creer.”
(SHANIN, 1972 p. 290)

No processo, portanto, de recampesinização, temos não apenas a recriação de um modo de vida, mas a afirmação de um grupo enquanto classe que, uma vez envolvido num projeto de um movimento social, logo num projeto político, torna-se classe para si. Como o próprio Shanin afirma, numa situação de crise, a categoria de classe se eleva, portanto, se reafirma.

2.2.3 A questão da experiência agrícola.

Com relação ao INCRA, embora formalmente ele exija que as famílias tenham experiência agrícola para serem selecionadas, na prática há abertura para esse outro perfil de pessoas que não possuem larga experiência com a agricultura. No trecho que segue da entrevista realizada, vemos que inclusive se vêem benefícios nessa heterogeneidade de trajetórias para os casos das Comunas da Terra:

***AOSJ** - Agora, quando o movimento se organiza nesses locais, ele se organiza junto à periferia das cidades, então vem junto uma mão-de-obra que está desempregada que não têm alternativa e ah, o negócio é ser camponês, eu vou ser camponês. Mas ela não teria perfil nem vocação pra ser camponês. Como a gente trabalha isso. A reforma agrária não é uma política pra resolver o desemprego de forma geral. Ela só pode resolver o problema do desemprego das famílias que toparem a vida rural. A vida agrícola, a vida familiar. Não é todo mundo que tem esse perfil, agora, os acampamentos e os assentamentos são espaços pedagógicos onde as pessoas vão se descobrindo. Então pra nós não é nenhum problema a pessoa ser urbana, não ter experiência e tal. Ela vai ter que descobrir isso. Há o processo de seleção que meio*

que é uma peneira, o próprio Movimento, a própria experiência do acampamento. Agora mesmo que a pessoa não tenha experiência, a experiência urbana pode ser importante também, porque o PDS em geral, o PDS vai ter atividades agrícolas e não agrícolas. [...] Então, na realidade, o PDS é um laboratório onde tá todo mundo aprendendo. Então nesse sentido, o pessoal que vem com uma experiência menos urbana também contribui. Assim como quem vem de uma experiência rural. Se faltar esse cara não vai pra frente. Só com urbanóides não vai. Mas também só com o pessoal da experiência rural, se tentar reproduzir a experiência tradicional também não vai dar certo. Então é um laboratório.

O que vemos aqui, é que há o entendimento, ao menos de setores do INCRA, de que existe a possibilidade de adaptação à vida no campo e de que as Comunas da Terra, ou os PDS's para o INCRA, são um espaço onde pode ser possível a constituição de um território diferente dos assentamentos tradicionais.

Como aponta Marques (2000), o objetivo da inserção social defendido pelo INCRA no Programa de Reforma Agrária, pressupõe uma situação de exclusão do futuro beneficiário. Por isso, não seria coerente adotar critérios de seleção muito rigorosos. Diferente dos casos dos projetos de Colonização, em que se dava preferência àqueles com maior qualificação para atividades agrícolas, nos Projetos de Assentamento, os critérios dizem respeito mais à idade, tamanho e composição da unidade familiar, experiência de trabalho anterior, entre outros.

